ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, nesta Vila de Coruche, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa era composta pela sua Presidente Fernanda Maria Ferreira de Carvalho Pinto, pelo Primeiro Secretário Fernando Aníbal Serafim e pelo Segundo Secretário Célia Maria Azevedo Reis (Coligação Democrática Unitária).----------

------- Verificou-se a presença dos seguintes Vogais: ----------

------- Filipe Claro Justino, Isabel Maria Bernardina Ferreira, António Gomes de Jesus, Ernesto Cordeiro, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Mário Alberto Bruno Portela Freitas Boieiro e Artur Fernando Salgado (Partido Socialista). ----------

------- Manuel Santos Coelho, Rui Miguel Friezas Aldeano e Diamantino Marques Ramalho (Coligação Democrática Unitária). ----------

------- Carlos Manuel de Almeida Príncipe Ceia e Francisco Artur Gomes Gaspar (Partido Social Democrata). ----------

------- Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - Coligação Democrática Unitária), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Coligação Democrática Unitária), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista), Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitária), Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia de Fajarda - Coligação Democrática Unitária), Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista). ----------

------- Não estavam presentes os seguintes Vogais: Luisa Pinheiro Portugal, José João Henriques Coelho (Partido Socialista) Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária), Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento (Partido Social Democrata) e Mário Isidro das Neves Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Erra - Partido Socialista). ----------

------- A Presidente da Assembleia deu conhecimento do seguinte: ----------

------- **Ausências à presente Sessão e respectivas substituições**, de conformidade com os Artigos 38º, c) e ainda 78º e 79º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----------

------- Carta do Presidente da Junta de Freguesia de Coruche, Mário Isidro das Neves Ribeiro, dando conhecimento do seu impedimento à presente Sessão, fazendo-se representar pelo seu Substituto Legal, Carlos Miguel Lopes Mendes Brotas. ----------

------- Carta do Vogal Armando Rodrigues, dando conhecimento da sua ausência à presente Sessão e solicitando a sua substituição pelo membro a seguir na lista da Coligação Democrática

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

Unitária.----------

------- Encontrando-se presente o membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária, Valter António Pereira Barroca, foi pela Presidente da Assembleia convidado a tomar o cargo de Vogal. ----------

------- Carta da Vogal Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento, dando conhecimento da sua ausência à presente Sessão e solicitando a sua substituição pelo membro a seguir na lista do Partido Social Democrata.----------

------- Encontrando-se presente o membro a seguir na lista do Partido Social Democrata, Pedro José Lopes Boiça, foi pela Presidente da Assembleia convidado a tomar o cargo de Vogal. -------

------- Carta do Vogal José João Henriques Coelho, dando conhecimento da sua ausência à presente Sessão e solicitando a sua substituição pelo membro a seguir na lista do Partido Socialista.

------- O membro a seguir na lista do Partido Socialista, Maria Eulália Medinas Relvas Pereira Faustino, informou por escrito da impossibilidade de poder estar presente nesta Sessão.----------

------- Encontrando-se presente o membro a seguir na lista do Partido Socialista, José Dionísio, foi pela Presidente da Assembleia convidado a tomar o cargo de Vogal.----------

------- Carta da Vogal Luisa Pinheiro Portugal, dando conhecimento da sua ausência à presente Sessão e solicitando a sua substituição pelo membro a seguir na lista do Partido Socialista. -------

------- Encontrando-se presente o membro a seguir na lista do Partido Socialista, Pedro Miguel Ramos Matildes, foi pela Presidente da Assembleia convidado a tomar o cargo de Vogal.---------

------- **Pedido de Suspensão do Mandato da Vogal Clara Sofia Peseiro Mocinho:-** Carta de doze de Setembro de dois mil e seis da Vogal Clara Sofia Peseiro Mocinho, eleita na lista da Coligação Democrática Unitária, solicitando ao abrigo da alínea c) do N.º 3 do Artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal, a suspensão do seu mandato por cento e oitenta dias, com início em quinze de Setembro de dois mil e seis, por afastamento temporário da área da Autarquia por um período superior a trinta dias.----------

------- Durante o período de impedimento será substituída pelo membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária, Rui Manuel Borlinhas Afeiteira. Encontrando-se o mesmo presente, foi pela Presidente da Assembleia convidado a tomar o cargo de Vogal.----------

------- Verificado o quorum, com a presença de vinte e oito membros, a Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão às vinte e uma horas e dez minutos, com a seguinte **Ordem do Dia:**----------

------- **Ponto Um - Alteração ao Regulamento da Venda Ambulante** ----------

------- **Ponto Dois - E.N.114 - Reabilitação e Reforço Estrutural das Pontes Metálicas General Teófilo Trindade, Tijolo, Pau, Coroa e Sorraia Velho e Ponte do Monte da Barca - Declaração de Interesse Público**----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- **Ponto Três - Alteração às Grandes Opções do Plano de 2006 - VI Alteração ao P.P.I. e V Alteração às A.M.R.** ----------

------- **Ponto Quatro - Fixação da Taxa de Derrama para 2007** ----------

------- **Ponto Cinco - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2007** ----

------- **Ponto Seis - Celebração de Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho** ----------

------- **Ponto Sete - Constituição do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Concelho de Coruche - Valtejo Finicia**----------

------- **Ponto Oito - Actividade e Situação Financeira do Município** ----------

------- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereadores Joaquim Filipe Coelho Serrão, Francisco Silvestre de Oliveira e Nelson Fernando Nunes Galvão. ----------

---------- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

------- **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-** A Presidente da Assembleia colocou à apreciação a Acta da Sessão Ordinária de trinta de Junho de dois mil e seis. ----------

------- Foram solicitadas as seguintes alterações à Acta: ----------

------- O Vogal Luís Alberto solicitou que na folha noventa e sete, linha trinta e quatro, se acrescentasse a seguir a "seis mil euros" a palavra "mensais". ----------

------- O Presidente da Câmara solicitou as seguintes alterações: ----------

------- Folha noventa e quatro, linha vinte e oito, onde se lê "recorrerem" deve-se ler "recorrer"; linha vinte e nove, onde se lê "que conste no contrato que a Câmara tenha o direito de reversão" deve-se ler "que conste no contrato o direito de reversão". ----------

------- Folha noventa e quatro verso, linha dois, onde se lê "advém" deve-se ler "advêm"; linha três, substituir "contrapartida" por "salvaguarda"; linha vinte e três, onde se lê "dessa expropriação foi publicado em Diário da República, cujo mapa" deve-se ler "dessa expropriação a mesma foi publicada em Diário da República, mas o mapa"; linha vinte e cinco, onde se lê "atribui" deve-se ler "atribui-lhe".----------

------- Folha vinte e oito verso, linha dezasseis, onde se lê "edificante" deve-se ler "edificável"; linha vinte e três, onde se lê "no circuito" deve-se ler "do circuito". ----------

------- O Vogal Joaquim Banha solicitou que na folha noventa e dois verso, linha vinte e nove, onde se lê "de levantamento" deve-se ler "e que seja feito o levantamento". ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação a Acta, com as alterações propostas.-------

------- A Assembleia deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vogais Jacinto Barbosa, Carlos Brotas, José Dionísio e Pedro Matildes, aprovar a presente Acta. ----------

------- O Vogal Jacinto Barbosa apresentou a seguinte Declaração de Voto: "A minha abstenção

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

foi devida ao facto de não ter estado presente na respectiva Sessão.” ----------

------- O Vogal José Dionísio apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Também me abstive porque não estive presente nessa Sessão” ----------

------- **A partir deste momento o Vogal Valter Peseiro Jerónimo (Coligação Democrática Unitária) passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e vinte e dois minutos.**

------- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e nove membros**. ----------

------- A Presidente da Assembleia deu conhecimento da **correspondência** com o registo número cento e trinta e três a cento e oitenta e seis, cujo mapa foi distribuído a todos os Vogais. -------

------- O Vogal Francisco Gaspar referiu o seguinte: ----------

------- Queria solicitar em nome da bancada do Partido Social Democrata, que nos fosse entregue toda a documentação referente à Lei das Finanças Locais enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, para podermos questionar o Presidente da Câmara sobre qual o impacto da nova lei na Autarquia. Caso não haja essa possibilidade, agradecíamos que a Presidente da Assembleia nos informasse do conteúdo da mesma, nomeadamente da “missiva de onze de Julho” e do “comunicado de vinte e sete de Julho”. ----------

------- A Presidente da Assembleia referiu: Será entregue aos Vogais do Partido Social Democrata toda a documentação solicitada.----------

------- A Presidente da Assembleia referiu ainda o seguinte: ----------

------- Irei colocar à apreciação três documentos, para uma eventual subscrição dos mesmos por parte da Assembleia Municipal, os quais foram enviados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses: Declaração do 4º Fórum Mundial da Água; Declaração Contra o Tráfego de Seres Humanos; Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local. ----

------- Está à discussão a **Declaração do 4º Fórum Mundial da Água** ----------

------- Gostaria de salientar que este documento será debatido apenas na generalidade, uma vez que se trata de um assunto extremamente importante a nível mundial. ----------

------- A estratégica que cada país irá utilizar quanto à sua política, religião e cultura, cabe a cada país.----------

------- O que se deve subscrever é a questão essencial, que é a água. A água é vida, sem água não há vida. A ideia de subscrever este documento está nesta base. ----------

------- Seguidamente passou a palavra aos Vogais. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu o seguinte:----------

------- Penso que a discussão destes três documentos, certamente irá demorar algum tempo. Pretendia questionar até que ponto se irá limitar o tempo do Período de Antes da Ordem do Dia, para possíveis intervenções sobre outros assuntos. Será que o mesmo poderá ser alargado? -------

------- A Presidente da Assembleia afirmou: O Período de Antes da Ordem do Dia tem o limite

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

de uma hora, nessa hora vamos ter ou não que subscrever estes três documentos. ----------
------- O Vogal Manuel Coelho salientou: Normalmente este tipo de documentos não são discutidos neste período. Espero que a sua discussão seja breve. ----------
------- A Presidente da Assembleia referiu: Penso que a sua discussão será breve.----------
------- O Vogal Manuel Coelho referiu ainda o seguinte: ----------
------- Penso que é uma preocupação de todos nós que a água seja tratada de forma diferente do que tem sido até aqui. ----------
------- Como se diz no documento, sobre o que é a água potável e a escassez que futuramente poderá vir a acontecer, o que já agora se passa nalguns países. ----------
------- Se este assunto não for tratado com o devido respeito e a celeridade que em muitos casos ele requer, corre-se o risco, até mesmo no nosso país e também na nossa região, daqui por alguns anos, termos imensas dificuldades.----------
------- Provavelmente a nossa voz não chega junto de quem pode decidir a nível do país, mas, se calhar, chega junto de quem pode decidir a nível do poder local.----------
------- Penso que é uma contradição e uma aberração, por exemplo, que hajam centenas de hectares no Vale do Sorraia, que podiam ser irrigados por águas de pequenas barragens e não o são, estão completamente abandonados e, por outro lado, ver centenas de furos artesianos espalhados pela charneca fora que estão a esgotar água potável, que mais tarde ou mais cedo, irá faltar para o abastecimento público.----------
------- Já foi aqui bastante debatida esta questão, mas, pela minha parte, não deixa de estar esquecida, que é quando se pretende transformar a água num negócio. Quando as entidades privadas têm um papel determinante em todo este processo e também quase todo o poder de decisão, embora, teoricamente se diga o contrário, por um período de quarenta anos, sem estarem acordadas alternativas ao fornecimento de água às populações. Certamente muitas das fontes e dos furos que hoje estão a fazer o abastecimento público irão esgotar-se e essa entidade a que se chamou Águas do Ribatejo e o seu parceiro privado, que provavelmente irá sair de cena, vão deixar este Concelho concerteza muito mais vulnerável em termos de abastecimento público. Aquilo que devia ser feito nestes quarenta anos, não se realizará, apenas se irá explorar o que existe, sem se vislumbrar outras alternativas para colmatar as deficiências que possam existir no sistema.----------
------- No entanto penso que a Assembleia Municipal deve subscrever este documento.----------
------- A Presidente da Assembleia afirmou o seguinte: ----------
------- As questões levantadas foram pertinentes, mas volto a referir que aquilo que está em causa é o pensarmos na água como bem essencial a nível do planeta, para a população animal e vegetal, porque esta é a base da vida. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Estou de acordo que as estratégias que estão a ser utilizadas, nomeadamente com a privatização da água, não serão as mais correctas, mas é uma questão política a ser discutida a nível nacional e não em termos de subscrição de um documento de âmbito mundial. ----------

------- O Vogal Carlos Ceia referiu o seguinte: ----------

------- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata é inteiramente a favor da subscrição deste documento. No entanto, há aqui um princípio que nos causa um bocadinho de impressão, se fosse redigido de outra maneira era mais bonito, concretamente o ponto 1.1.4. "As mulheres têm um papel fundamental para o desenvolvimento e, em particular, no armazenamento, gestão e preservação da água." É tendencioso e não calha muito bem. Se constasse só "a gestão", agora "no armazenamento e preservação", penso que não é correcto. ----------

------- A Presidente da Assembleia referiu: Volto a referir que se trata de um documento a nível mundial. Há populações, nomeadamente em África e América do Sul, em que são as mulheres que vão buscar a água nos potes para levar para as aldeias. Temos de ver isto num âmbito muito mais alargado, pois implica culturas completamente diferentes umas das outras, sendo dentro desta base que temos de analisar o documento.----------

------- O Vogal Carlos Ceia afirmou ainda o seguinte: Daí a nossa ressalva, se calhar por princípio fundamental. ----------

------- A Presidente da Assembleia referiu: Estou de acordo, nós também fizemos esse comentário no âmbito do Grupo Municipal da CDU.----------

------- A Vogal Isabel Ferreira afirmou: Penso que, por ser um aspecto tão global, devia dizer homens e mulheres.----------

------- O Vogal Pedro Boiça referiu o seguinte: ----------

------- Em relação a esta matéria não é só votar esta declaração. Gostaria de recordar que, a Juventude Social Democrata, o ano passado, efectuou uma campanha de rua no sentido de ensinar as pessoas a preservar a água no dia a dia e a salvaguardar este recurso que é escasso.---------

------- No nosso país ainda não se sente tal situação, mas, muito em breve, poderá vir a sentir-se.

------- O Vogal Ernesto Cordeiro referiu o seguinte:----------

------- A minha opinião é de que estes três documentos deveriam ser discutidos em conjunto na generalidade, devendo a Assembleia Municipal aprová-los no sentido favorável, dado que todos são de interesse mundial. ----------

------- O Vogal Diamantino Ramalho afirmou o seguinte: ----------

------- Seguindo as palavras de um filosofo Indiano: "Nenhum litro de água deve chegar ao mar sem ter servido o homem" e temos bons exemplos para dizer que isto é verdade. Concretamente, a Ribeira da Erra nos anos sessenta, em Agosto, não tinha qualquer vegetação e depois da construção da Barragem de Montargil, mantêm-se com água pelo menos durante todo o ano. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Os nossos governantes locais e nacionais deviam ter também esta preocupação e proceder à conclusão dos açudes complementares do perímetro de Rega do Vale do Sorraia.----------
------- De facto a captação de água é uma preocupação para o futuro. ----------
------- Penso que este documento merece a nossa preocupação.----------
------- O Vogal Filipe Justino referiu o seguinte:----------
------- Estes documentos são de certa forma apresentados para serem discutidos no geral. --------
------- Em relação ao ponto 1.1.4., de facto temos de pensar em África. É preciso votar na globalidade, porque são ideias e princípios. ----------
------- Mais do que fazer grandes discursos, penso que esta discussão já teve o mérito de discutirmos a água como um bem que é importante. Contudo, é muito mais importante falar para as novas gerações, porque são elas que se calhar vão sofrer essa falta de água que nós agora desperdiçamos. ----------
------- O Vogal Artur Salgado referiu o seguinte: ----------
------- Penso que este documento é interessante. ----------
------- Ultimamente tem havido uma consciência ecológica da água e do ambiente.----------
------- É uma questão que tem preocupado os governos nacionais e mundiais. ----------
------- Da parte das Câmaras Municipais também têm havido essa preocupação. ----------
------- A minha sugestão, para além da subscrição deste documento, que ninguém rejeitará concreteza, é que o Boletim Municipal poderá dar a conhecer as estratégias e acções de sensibilização, pois nunca é de mais através dos órgãos de informação que tivermos à mão, contribuir para o reforço dessa sensibilização.----------
------- A questão da água deve ser paz e desenvolvimento e se possível deixar de ser uma questão de guerra.----------
------- O Vogal Joaquim Banha referiu o seguinte:----------
------- Penso que estes documentos são importantes, daí que é interessante expressar-nos um pouco sobre eles e através da Acta desta Assembleia podermos fazer chegar a quem de direito as nossas sugestões. A nível nacional era interessante que todas as Assembleia Municipais fizessem chegar as suas sugestões. ----------
------- O exemplo que disse o Vogal Diamantino é interessante, para que, quem decide estas coisas, saiba que em determinadas áreas do país há de facto uma necessidade do aproveitamento da água. Por vezes há barragens que dariam um aproveitamento maior e que se calhar esta questão passa despercebida.----------
------- O Vogal Carlos Brotas referiu o seguinte:----------
------- Queria dizer que subscrevo parte daquilo que foi dito aqui. ----------
------- Gostaria só de fazer um reparo ao que o Vogal Diamantino disse ou então eu não percebi

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

bem. A água que é acumulada na Barragem de Montargil, para as pessoas que não conhecem a nossa Freguesia, não passa pela Ribeira da Erra. Não sei se foi algum equívoco. ----------

------- O Vogal Diamantino Ramalho salientou: A Ribeira que se inicia nos Atalhadores, que vem de Vale Sobreiras, é a mesma da Ribeira da Erra.----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação a subscrição da Declaração do 4º Fórum Mundial da Água.----------

------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, subscrever a Declaração do 4º Fórum Mundial da Água.----------

------- Seguidamente a Presidente da Assembleia referiu: Está à discussão a **Declaração sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos**----------

------- O Vogal Joaquim Banha afirmou o seguinte: ----------

------- Penso que este documento é também interessante. Hoje, sabemos e sentimos, em relação aos nossos emigrantes e também quando recebemos imigrantes, o tráfego que se está a fazer, há situações de facto muito complicadas. ----------

------- É importante sensibilizar as pessoas do que está acontecer por este mundo fora, em que as pessoas são forçadas a abandonar o seu país, por vezes para adquirirem uma situação melhor e depois irrompe esta rede de tráfego de seres humanos que hoje é sentida. ----------

------- Estou completamente de acordo que votamos a favor deste documento.----------

------- A Presidente da Assembleia salientou o seguinte:----------

------- A questão do tráfego de seres humanos vai muito além da emigração e da imigração. -----

------- É um acto perfeitamente involuntário, diz respeito inclusive a crianças que são raptadas e negociadas a nível internacional para adopção e também diz respeito a tráfego de mulheres para prostituição para outros países. ----------

------- É um acto extremamente gravoso. Há que lutar contra esta situação e, como mulher, devo lutar por todas as razões e mais alguma.----------

------- O Vogal Joaquim Banha referiu: Não acredito que este tráfego de homens e mulheres seja de facto voluntário, eles são enganados, estão a pagar coisas involuntariamente, hoje, também há redes de facto deste tipo.----------

------- A Presidente da Assembleia salientou: A saída das pessoas do seu país é voluntária, a rede que é utilizada para eles saírem é que é duvidosa.----------

------- O Vogal Joaquim Banha afirmou: É voluntária, mas também são enganados. ----------

------- A Vogal Isabel Ferreira referiu: A emigração e a imigração às vezes também é uma necessidade, é uma questão de sobrevivência.----------

------- A Presidente da Assembleia afirmou: Essa situação não é tráfego, nós estamos a falar de tráfego. ----------

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- A Vogal Isabel Ferreira referiu: Também é tráfego, há muitas redes. Não estou a falar das pessoas que saem do país para terem melhores condições de vida, há pessoas que saem do país para sobreviverem. Convivo com muitos casos onde as pessoas são exploradas, são obrigadas a entregar os ordenados que ganham a traficantes, isso é tráfego e é necessidade. ----------

------- Acho que este documento é muito amplo, dá para ver a questão da prostituição e ainda várias coisas. Penso que o documento é muito importante. ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação a subscrição da Declaração Sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos.----------

------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, subscrever a Declaração Sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos.----------

------- Seguidamente a Presidente da Assembleia referiu: Está à discussão a **Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local** ----------

------- A Vogal Mara Coelho proferiu a seguinte intervenção: ----------

------- "Passados 32 anos sobre a Revolução do 25 de Abril, o direito ao emprego, ao trabalho e à formação em igualdade de oportunidades e a participação das mulheres nos lugares de decisão e na política chegam a parecer chavões/modismos repetitivos. ----------

------- Porém, recorda-se que se está longe do cumprimento das leis e do compromisso das convenções. ----------

------- Se por um lado, as mulheres alcançaram conquistas no campo jurídico, por outro lado, sabem que é preciso continuar a lutar pela dignidade e para um estatuto que consigne o direito à diferença e à cidadania. ----------

------- As mulheres, eleitas deputadas a partir de 1975 usando a palavra como arma, dela se serviram para exercer o poder representativo.----------

------- Porém, se tivessem sido em maior número talvez as conquistas alcançadas para essa, mais de metade do eleitorado tivessem sido outras, e talvez a sociedade tivesse evoluído no sentido da libertação das mulheres em muitos domínios que ainda carecem de muito e cuidadoso trabalho.----------

------- Como referiu Edite Estrela "é no reino da política, contudo, que as barreiras são mais difíceis de transpor. De facto, as alterações sofridas nas últimas décadas, na família e na sociedade não tiveram correspondência no domínio da política."----------

------- É neste sentido, que esta carta se revela inovadora, na medida em que, salienta as autoridades locais e regionais, que são as esferas de governança mais próximas da população, representam os meios de intervenção melhor colocados para combater a persistência e a reprodução das desigualdades e para promover uma sociedade verdadeiramente igualitária.----------

------- Cabe, também assim, às autarquias locais, aliadas ao princípio da autonomia local e ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

princípio da subsidariedade promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, promovendo uma total implicação das mulheres no desenvolvimento e na implementação de políticas locais e regionais. ----------

------- Pois, também nas mulheres reside, essa fonte renovadora do campo imagético, exemplo disso mesmo é o que se observa nos países nórdicos, onde a política tem um sentido menos sagrado, mais prático, onde se entende que o respeito pelas diferenças a nível de sexo, são importantíssimas enquanto motor da construção da democracia. ----------

------- Esta é também a ideia central desta convenção, que no que respeita à organização do poder político, nomeadamente no seu Artigo 2º reza da seguinte forma: ----------

------- "Incentivar as mulheres a inscreverem-se nas listas eleitorais, a exercerem o seu direito de sufrágio universal e apresentarem-se como candidatas aos mandatos e funções electivas"------

------- "Incentivar os partidos e grupo políticos a adoptarem e implementarem o princípio da representatividade equilibrada das mulheres e dos homens."----------

------- "Com este objectivo, incentivar os partidos políticos a tomarem todas as medidas legais, inclusive a adopção de quotas, sempre que estas pareçam adequadas, a fim de aumentar o número de mulheres escolhidas para serem candidatas, e seguidamente eleitas. ----------

------- Este, já é há muito o entendimento do Partido Socialista, que possui quotas a nível interno, e promoveu o debate em torno da aplicação de quotas no parlamento. ----------

------- Porque se entende que a paridade é precedida da desigualdade, esta tem subjacente o princípio da igualdade de oportunidades, direitos e deveres entre os cidadãos e cidadãs. ----------

------- Com raras excepções, as constituições da grande maioria dos países já consagram a igualdade dos sexos em todas as esferas da vida nacional, incluindo a política, e a verdade é que se tem feito esforços tanto a nível de legislação como a nível da criação de mecanismos para a igualdade. ----------

------- Porém, quando a prática falha, quando não existe função inspectiva que assegure o cumprimento das leis civis. ----------

------- A solução que tanto a Carta como o Partido Socialista consideram passa por recorrer a meios de discriminação positiva, por muito que custe aceitá-lo, em defesa de tais princípios, poderá ser um modo de assegurar a todos os cidadãos e cidadãs o cumprimento desses mesmos direitos. Aqui as quotas têm um papel fundamental. ----------

------- Tal como referiu o Primeiro Ministro José Sócrates "As questões da igualdade entre homens e mulheres e da paridade no acesso a cargos de exercício de poder são determinantes para um desenvolvimento sustentável e respeitador dos princípios constitucionais e de justiça social. ----------

------- Desta forma, a bancada do Partido Socialista congratula-se com esta Carta Europeia para

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

a Igualdade das Mulheres e dos Homens, reconhece o papel dos municípios e das suas populações na aplicação da Lei Orgânica N.º 3/2006, de 21 de Agosto e no cumprimento desta mesma Carta. ----------

------- Pois o Partido Socialista sabe, tal como um dia Olympe de Gouges (autora da Declaração Universal dos Direitos da Mulher) "As palavras sobrevivem ao sangue que até suja as revoluções. Não é o sangue, são as palavras que quebram a corrente do destino e introduzem a esperança na história". ----------

------- Motivados para estes princípios a bancada municipal do Partido Socialista subscreve esta Carta. ----------

------- A Presidente da Assembleia afirmou: Pessoalmente, a única palavra que não concordo, é as ditas quotas. Falamos de quotas relativamente às vacas leiteiras e vacarias, etc. Quotas para mim é uma palavra perfeitamente errada neste documento. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu o seguinte:----------

------- Concordo na generalidade com o que está expresso neste documento.----------

------- Penso que o ser humano deve ter as mesmas oportunidades e, por outro lado, entendo que, a democracia e a promoção da igualdade não se faz com imposições. ----------

------- A Presidente da Assembleia já se referiu à questão das quotas. Na CDU e no PCP, nunca as mulheres deixaram de participar por restrição de qualquer circunstância. O que leva muitas vezes mais mulheres a não fazerem parte das nossas listas, é a sua vida não lhes permitir terem tempo disponível para participarem na política, de resto, sempre as mulheres puderam participar, sempre as mulheres puderam ser eleitas e com cargos de preponderância, como Presidentes de Assembleias e Câmaras Municipais. Não há nenhum entrave à participação das mulheres por serem mulheres.----------

------- A bancada da CDU concorda na generalidade com este documento, no entanto, irá abster-se na votação do mesmo, precisamente pela questão das quotas, pois não concordamos que a democracia deva ser feita com esta imposição, quando se fala "a participação das mulheres na vida política deve ser imposta por quotas". ----------

------- O Vogal Carlos Ceia referiu o seguinte: ----------

------- Os Vogais do PSD concordam inteiramente com este documento. ----------

------- Em relação ao que se passa em Portugal, não estou muito preocupado, porque cada vez vejo mais mulheres a ocuparem alguns lugares de decisão e não as considero inferiores aos homens. ----------

------- Penso que daqui a vinte ou trinta anos, vamos ter uma Carta não Europeia mas Nacional para a Igualdade dos Homens e das Mulheres na Vida Local.----------

------- A nível universitário as mulheres estão largamente a ultrapassar os homens. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Em relação à intervenção da Vogal do Partido Socialista, acho que está muito preocupada com as quotas. Nós também temos as nossas quotas, isto é, um terço de mulheres nesta Assembleia. Não sei se é alguma crítica ao executivo camarário ou à bancada do Partido Socialista.-----

------- O Vogal Filipe Justino afirmou o seguinte: ----------

------- Tem piada que a nossa bancada também tem um terço, são três mulheres. ----------

------- Este debate sobre as quotas já eu conheci há vinte ou trinta anos em França. ----------

------- Acho que se estivermos à espera que as coisas se façam por elas mesmo, não haja aquele empurrãozinho às vezes pela lei, muito se pode esperar.----------

------- O Vogal Rui Aldeano afirmou o seguinte: ----------

------- Penso que sobre este tema há consenso, excepto em alguns pontos polémicos.----------

------- Defendo esta Carta Europeia, não vejo qualquer problema. Sempre defendi e continuarei a defender a igualdade entre as mulheres e os homens. ----------

------- Tenho a consciência que, antes de mais, é preciso olharmos para os nossos quintais, para os nossos postos de trabalho e se analisarmos bem, entre amigos ou familiares, conhecemos alguns casos de exploração de mulheres, nomeadamente a discriminação no caso de gravidez, são casos pontuais que hoje acontecem, pelo que devemos lutar para os alterar. ----------

------- Sobre a declaração apresentada pela Vogal Mara, sinceramente, continuo a achar que este tipo de manobras de propaganda política, a nível do Partido Socialista, é completamente desnecessário, pois estamos a discutir uma Carta Europeia e não as políticas que o Partido Socialista defende a nível nacional e o Engº José Sócrates.----------

------- Quanto às quotas, é uma opinião muito pessoal, não há tantas mulheres metidas na política. Porque é que será? Será que os últimos Governos têm feito esse esforço? Não falo de esforço como obrigação de uma quota, convidar mulheres para as listas, falo das desilusões políticas que têm sido dadas. Será que as mulheres muitas vezes não pensam durante as campanhas que prometem isto e aquilo e que as coisas depois continuam na mesma? Há mulheres acorrentadas no seu local de trabalho, são obrigadas a estarem caladas para protegerem o seu emprego. ----------

------- O Vogal Artur Salgado referiu o seguinte: ----------

------- Hoje ouvi o ex-Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, falar a propósito do aprofundamento da democracia. A democracia aprofunda-se e emancipa-se quando houver mais transparência e mais participação de todos, quer sejam homens ou mulheres. ----------

------- Nós não temos muita razão de queixa para estarmos a ver se o Partido Comunista Português tem mais quotas de mulheres ou se é contra as quotas. O Partido Socialista no mandato anterior tinha uma Presidente, a Coligação Democrática Unitária neste mandato tem uma Presidente e o Partido Social Democrata tem uma mulher que é Presidente da Escola EB 2.3 de Coruche. Portanto, é tudo uma questão de desenvolvimento e de oportunidades. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- O Vogal Jacinto Barbosa afirmou o seguinte:----------
------- Na minha maneira de pensar, em democracia a palavra quota lê-se como muito bem se entender, no entanto, eu sou contra a palavra quota.----------
------- As mulheres por si já têm esse direito, não vale a pena estar-se a dizer que tem de haver tantas mulheres e tantos homens numa lista, depende das oportunidades e das vontades.----------
------- Penso que não é com quotas que esta situação se resolve. O problema é muito mais profundo, necessita de outras alterações e de outras mentalidades.----------
------- Pela minha parte a palavra quota não conta, o que conta é que as mulheres quando possam e quando entendam devem estar na política. ----------
------- O Vogal Ernesto Cordeiro referiu o seguinte:----------
------- A minha intenção era aprovarmos os três documentos na globalidade sem discussão.------
------- Sabemos que existem muitas disparidades entre homens e mulheres. Contudo, as mulheres são as mais prejudicadas a nível mundial.----------
------- Acho muito bem que o documento seja aprovado. É uma achega que vamos dar a nível global e mostramos pelo menos interesse que isso seja assim. ----------
------- A Vogal Isabel Ferreira salientou: Fala-se que as mulheres não têm oportunidade de chegar à vida política porque têm muitos afazeres em casa. Está aí a desigualdade, se houver realmente igualdade em casa na divisão de tarefas, então elas já podem ter oportunidade de chegar à vida política.----------
------- A Presidente da Assembleia afirmou: Estou de acordo, mas isso não é uma questão de quotas, é uma questão de mentalidades, enquanto as mentalidades dos homens não mudarem não há quotas que resolvam o assunto.----------
------- A Vogal Isabel Ferreira referiu: Acho que, tal como outros assuntos, tem a ver com uma questão de educação. Nas novas gerações, a educação será outra certamente.----------
------- A Presidente da Assembleia colocou à votação a subscrição da Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local.----------
------- A Assembleia deliberou, por maioria, treze votos a favor dos Vogais do Partido Socialista e dezasseis abstenções dos Vogais da Coligação Democrática Unitária e do Partido Social Democrata, subscrever a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local. ----------
------- O Vogal Francisco Gaspar apresentou em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, a seguinte Declaração de Voto: ----------
------- “Nós acabamos de votar a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local;----------
------- Nós pensamos que não é defendendo quotas que se defende a igualdade das mulheres e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

dos homens; ----------

------- Por essa razão, abstivemo-nos nesta votação;----------

------- Por princípio concordamos naturalmente com o documento."----------

------- A Presidente da Assembleia deu conhecimento que vai decorrer, nos dias 12 e 13 de Outubro, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, a Conferência Europeia "8 Caminhos para Mudar o Mundo - A Contribuição das Colectividades Locais e Regionais para a Realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio", e no caso de alguns Vogais estarem interessados em participar na mesma, proceder-se-á à respectiva inscrição. Foi enviada uma cópia da respectiva documentação aos representantes de cada Grupo Municipal. ----------

------- O Primeiro Secretário deu conhecimento do seguinte: ----------

------- Na passada quarta-feira, dia vinte e sete de Setembro, foi publicado no Diário da República um despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que tem em vista de certo modo a protecção e valorização do Arroz Carolino na Lezíria Ribatejana. Pensamos que é importantíssima esta indicação geográfica porque o Arroz Carolino é bastante utilizado na nossa gastronomia, pelo que esta medida é de louvar. Todavia, no que diz respeito à limitação da área geográfica, não constam as Freguesias do Biscainho e da Fajarda e estão consideradas como Freguesias duas localidades, Azervadinha e São Torcato. ----------

------- Sugeria que a Assembleia Municipal manifestasse junto das entidades envolvidas, Ministério da Agricultura e Orivárzea, S.A., a sua preocupação, no sentido de alterar esta delimitação geográfica, uma vez que este despacho ainda não está homologado.----------

------- Penso que é importante salvaguardar os interesses dos agricultores do Biscainho e da Fajarda.----------

------- A Assembleia concordou com a sugestão do Primeiro Secretário.----------

------- O Vogal António Venda apresentou a **Moção** que a seguir se transcreve:----------

------- "Nos passados dias 15 e 16 de Setembro, a pista de pesca de Santa Justa - Couço, acolheu o Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva em Água Doce, na categoria de Juvenis - Sub 16, organizado pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e pela 1ª Associação Regional de Pesca Desportiva de Rio, com o total apoio da Câmara Municipal de Coruche.----------

------- Para grande felicidade nossa, o jovem coruchense Alfredo Gualdino, natural e residente na Freguesia de São José da Lamarosa, sagrou-se Campeão Mundial, alcançando, assim, um notável feito histórico para o nosso Concelho. ----------

------- Além do título individual, também a respectiva Selecção Nacional de Portugal logrou sagrar-se Campeã Mundial nesta categoria de Juvenis.----------

------- Deste modo, a Assembleia Municipal de Coruche, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de Setembro de 2006, delibera: ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Atribuir um Voto de Louvor ao jovem coruchense Alfredo Gualdino pelos títulos de Campeão do Mundo alcançados; ----------

------- Atribuir um Voto de Louvor à Selecção Nacional de Portugal, Juvenis - Sub 16 pelo título de Campeã do Mundo alcançado; ----------

------- Apresentar congratulações à Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e à 1ª Associação Regional de Pesca Desportiva de Rio, pela forma competente e digna com que organizaram a respectiva prova do Campeonato do Mundo.” ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação a presente Moção. ----------

------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção.----------

------- O Vogal Luís Alberto apresentou a **Moção** que a seguir se transcreve: ----------

------- “A Assembleia Municipal de Coruche componente democrática do Estado, a quem a Constituição da República confere, no seu Artigo 235, a prossecução de interesses próprios da população, não pode, alhear-se daquilo que são as componentes do nível de vida das nossas populações. ----------

------- Uma dessas componentes assenta no Sistema Público de Segurança Social, decorrente de um direito Constitucional que visa proteger os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. Ora é todo este edifício Constitucional que o actual governo pretende pôr em causa a pretexto de projecções balizadas a 2050, altura em que, em Portugal, a esperança média de vida, à nascença, seria de 81,2 anos para os homens e de 86,7 anos para as mulheres. ----------

------- O aumento da longevidade (não confundir com o índice de envelhecimento) é uma conquista civilizacional com a qual devemos estar orgulhosos e não um ónus orçamental, medido pelo “deve” e “haver” contabilístico. ----------

------- É sabido que o poder político ilude a opinião publica ao invocar um outro conceito que é o do envelhecimento da população o qual, como todos sabem, é um conceito relativo baseado na relação entre o número de habitantes com 65 e mais anos, comparativamente ao número de crianças e jovens com menos de 15 anos. ----------

------- Esta questão, a do envelhecimento da população, não se resolve pela morte antecipada dos idosos mas sim pelo incremento da natalidade, pelo que teria de haver uma outra política, adequada aos jovens casais no plano salarial, no estabelecimento de horários de trabalho compatíveis com a assistência sobretudo aos recém-nascidos e às crianças em tenra idade, na mobilidade, na assistência médica, no urbanismo e na criação de infra-estruturas destinadas às nossas crianças e jovens. ----------

------- Estamos, pois, perante milhões de beneficiários a quem são atribuídos subsídios de misé-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

ria, contribuindo para que, em Portugal, as prestações sociais representem, apenas, 25,4% do PIB, enquanto a média da UE era de 27,7%.----------

------- O caminho a seguir é o caminho do progresso e não o da regressão social, eufemisticamente designado de Estado mínimo. ----------

------- O caminho a seguir é o caminho do cumprimento da Constituição conferindo às pessoas todos os direitos de cidadania e não à sua transformação em destinatários de actos de filantropia e de caridade.----------

------- Bastaria que em Portugal a relação entre os 20% da população mais rica e os 20% da população mais pobre não fosse de 7,2% mas num coeficiente muito menor para que o nível de vida dos portugueses melhorasse consideravelmente. ----------

------- Bastaria que o nosso aparelho produtivo fosse adequado às nossas necessidades, potenciando a agricultura, a captura de pescado e as indústrias transformadoras para que o produto interno bruto crescesse e assim, melhorassem todos ao rácios, quer quanto à segurança social, quer quanto à saúde, quer relativamente ao ensino.----------

------- A segurança social não é um factor constitutivo do deficit orçamental. O factor determinante reside nas opções económicas estabelecidas pelos governos nos últimos 30 anos que levaram ao abandono das terras, ao abate da frota pesqueira, etc. ----------

------- Pelo atrás exposto a Assembleia considera que as medidas necessárias para a consolidação da sustentabilidade financeira da segurança social, no presente e para o futuro, não são asseguradas num caminho de redução de direitos, antes por meio de uma política de crescimento económico que reduza o desemprego e a miséria a par do aprofundamento da diversificação das fontes de financiamento como estabelece a Lei de Bases de Segurança Social ou seja: por meio de um muito mais eficaz combate à fraude e à evasão no pagamento das contribuições, pelo reforço dos deveres das empresas para com a segurança social em função da riqueza produzida e alargando essa responsabilidade no financiamento da segurança social às actividades financeiras.” ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à discussão a presente Moção.----------

------- O Vogal Filipe Justino referiu o seguinte:----------

------- A bancada da CDU apresenta aqui uma Moção que nos engasga a todos nós. É evidente que não subscrevemos o que foi dito, salvaguardando que há mensagens que eventualmente poderíamos subscrever, agora a totalidade da redacção dessa Moção não subscrevemos, falo em nome pessoal, mas penso que os meus camaradas de bancada não vão subscrevê-la.----------

------- Colocar em causa os trinta anos de regime, pois foi afirmado que ao longo de trinta anos não se soube acautelar todos os problemas inerentes à Segurança Social, o após 25 de Abril. Acho que não podemos subscrever afirmações desta natureza. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Quanto ao problema da natalidade, mais uma vez, somos como os outros países. Não há remédios milagrosos para essa situação, tem a ver com muita coisa certamente, e se calhar não é pela falta de qualidade de vida das famílias, porque antigamente as pessoas tinham muito menos condições e as famílias eram numerosas, isso é outra discussão que podemos fazer mais tarde nesta Assembleia.----------

------- Não subscrevo esta Moção da forma como está redigida, e anuncio desde já o meu voto de protesto. ----------

------- A Vogal Isabel Ferreira referiu o seguinte:----------

------- Concordo com o colega que me antecedeu, porque este assunto da Segurança Social é demasiado complexo para ser tratado desta forma tão superficial.----------

------- Penso que a Segurança Social também é uma questão de mentalidade, ou seja, muitas pessoas ainda não perceberam que têm de trabalhar, estão à espera que a Segurança Social lhes dê tudo.----------

------- Além de não concordar com muitas coisas que estão ditas na Moção, entendo que, não é o momento para resolver as questões da Segurança Social, porque é uma questão demasiada complexa. ----------

------- Também acho que tem de haver uma mudança de atitude e mentalidade por parte de todos nós. Um dia se a sociedade mudar de atitude, se calhar a Segurança Social também será diferente. ----------

------- O Vogal Francisco Gaspar proferiu o seguinte:----------

------- Relativamente a esta Moção a nossa posição é clara, por um lado, achamos que é extemporânea a sua apresentação nesta Assembleia e que não se enquadra, por outro lado, é importante referir que não podemos de forma nenhuma colocar em causa o nosso sistema democrático, devido a uma alteração legislativa relativamente à Segurança Social.----------

------- Se queremos realmente defender os direitos futuros, se queremos defender a sustentabilidade da Segurança Social, como já vimos não é de forma nenhuma possível fazer com o sistema actual, temos realmente de fazer alterações, temos que a adequar à realidade de forma a garantir que no futuro existe Segurança Social para todos nós. ----------

------- Não era nossa intenção falar deste assunto, mas, visto ter sido levantado, gostaria de dizer que o PSD defende um sistema misto, a exemplo do que está em prática noutros países e que funciona com sucesso. ----------

------- Acho que se queremos defender o nosso sistema, se queremos defender a sustentabilidade da Segurança Social não é este o sítio, de qualquer forma pensamos que devemos passar para um sistema misto, em que haja naturalmente a protecção do Estado mas que os privados também nos garantam o futuro. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- No seguimento desta questão, nós não iremos votar favoravelmente esta Moção.----------
------- O Vogal Joaquim Banha referiu o seguinte:----------
------- Ainda há pouco se falava nesta Assembleia Municipal sobre a situação das quotas, que era defendida por determinado grupo e agora estamos a ver a defesa de dois grupos nitidamente.
------- Quem ouviu o parlamento há dias a defender nitidamente as suas ideias e princípios, um a defender o social privado e o outro a defender o financiamento pelas entidades financeiras.-------
------- Quando há pouco se dizia que não deveríamos estar neste caminho a defender as quotas, temos aqui um exemplo agora que cada grupo defende à sua maneira. ----------
------- Penso que a grande maioria da Moção tem algo interessante, com o qual estaríamos de acordo, mas tem de facto situações, para além daquilo que o meu camarada de bancada já falou, que é a defesa de que a Segurança Social deve ser de facto financiada pelas entidades financeiras. Por outro lado, o Grupo Municipal do PSD a defender a sua "dama", o privado. ----------
------- Penso que esteve muito bem a discussão no Parlamento, pelo que deixamos essa parte para os Grupos Parlamentares da Assembleia da República. Nós podemos, quanto muito, concordar ou discordar, não temos de facto essa capacidade de alterar a legislação.----------
------- O Vogal Artur Salgado referiu o seguinte: ----------
------- Concordo quase a 90% com a Moção apresentada pela CDU, excepto quando diz que o Partido Socialista está a pôr em causa o Estado Social. ----------
------- A questão da Segurança Social é como a questão da água. Portugal é dos países que tem maior índice de envelhecimento. Em mil novecentos e cinquenta, cada mulher tinha três filhos e, hoje, tem um vírgula três. ----------
------- A Moção da CDU é mais de carácter ideológico e político do que propriamente de questões técnicas. ----------
------- Cerca de 60% da população vive do Orçamento do Estado, portanto, tal como a água é um recurso escasso e deve ser dentro da cooperação internacional e dos governos na medida do possível ser repartida, que eu não acredito que seja repartida e que seja equitativa, já não sou ingénuo.----------
------- Relativamente às questões que têm sido negociadas no Parlamento, pelo que tenho lido, o Partido Socialista dialoga tanto à esquerda como à direita. Conseguiu aprovar o pacto da justiça com o Partido Social Democrata e não vai pelas linhas orientadoras que o Partido Social Democrata quer para a Segurança Social. ----------
------- Concerteza que o Estado Social em Portugal, com o Partido Socialista, não deixará de existir, embora, em todos os partidos hajam várias tendências. ----------
------- Acho que não devemos estar descansados e, se possível, quer este Governo quer outro, (embora Portugal nestes últimos meses esteja a recuperar nalguns índices económicos), devam

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

dar atenção a este assunto, por isso é que eu concordo bastante com a Moção.----------
------- Tem havido uma disparidade cada vez maior entre os mais ricos e os 20% da população pobre do país. De qualquer das maneiras o Estado Social com o Partido Socialista no Governo não deixará de continuar a defender a sua lei, pelo que me vou abster na votação da Moção.------
------- O Vogal Rui Aldeano afirmou o seguinte: ----------
------- Acho que é importante, tendo em conta que a questão da Segurança Social nos toca a todos nós, que isto não fique fechado dentro da Assembleia da República, que haja uma discussão, não vejo qualquer mal e até é importante trazer-se a discussão à Assembleia Municipal, é apenas uma Moção, não é uma discussão central.----------
------- Fico preocupado e o que me alarma sinceramente Senhores Vogais, é o conformismo que se nota aqui em algumas declarações do tipo: "não se pode fazer tudo" e "já nos outros países é assim". Estamos a falar de um direito do povo português, existem responsabilidades políticas, quem está no Governo tem de arranjar maneira de o povo português ter acesso a esse direito e que esse direito funcione da melhor forma. ----------
------- Declarações do tipo, posso ter percebido mal, "antigamente haviam famílias que viviam com rendimentos menores", não percebi muito bem o seu sentido, também antigamente havia fome e ainda hoje há fome no nosso país e nós não nos vangloriamos com essa situação.----------
------- O Vogal Francisco Gaspar referiu o seguinte: ----------
------- Normalmente não nos costumamos repetir sobre o mesmo assunto, mas, como fomos directamente mencionados, gostaria de esclarecer que, foram ditas algumas incorrecções relativamente à nossa intervenção. Não fomos nós que levantamos o assunto, apenas nos limitamos a responder, nem é nossa intenção estar a discutir políticas do nosso partido na Assembleia Municipal, muito pelo contrário, mas sim defender o Concelho.----------
------- Não foi dito por nós que éramos favoráveis à privatização da Segurança Social, isso foi uma incorrecção que nos foi apontada. É bom que fique perfeitamente esclarecido, que não somos favoráveis à privatização da Segurança Social. ----------
------- O Vogal Luís Alberto afirmou o seguinte: ----------
------- Esta Moção tem uma virtude, é falarmos sobre um assunto que está fechado na Assembleia da República. Apesar das discordâncias, entendo que, em democracia a discordância é importante. Esta Moção ao ser aqui colocada, o seu fundamento é mesmo esse, proporcionar a discussão deste assunto.----------
------- Não consigo perceber algumas intervenções, entendo que estar a ouvir é diferente de estar a ler, provavelmente, se o documento tivesse sido distribuído, teria havido outra compreensão por parte de alguns Vogais.----------
------- Acho que é importante que as empresas tenham outro sentimento, há muitas empresas

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

neste país que funcionam como deve ser e há muitas outras que não pagam à Segurança Social e daí a sua falta de financiamento para a sua sustentabilidade. Contudo, a gente sabe que os resultados da Segurança Social ao longo dos anos têm sido positivos.----------

------- Costumo pensar, como dizia o poeta Aleixo, "uma mentira tantas vezes repetida, torna-se realidade", tanta vez se diz que é insustentável a Segurança Social que as pessoas começam a acreditar em tal. Não é tanto assim, é preciso implementar meios para que a Segurança Social passe a ter formas de resolver o problema das pessoas e não a reduzir direitos. Se calhar é isso que vai acontecer aquando da discussão na Assembleia da República, reduzir direitos às pessoas que hoje já são muito carenciadas e que vivem no limiar da pobreza, ou seja, abaixo dos sessenta contos mensais. ----------

------- O Vogal Ernesto Cordeiro afirmou o seguinte: ----------

------- Na qualidade de reformado, dado que no activo sempre descontei para a Segurança Social, foram quarenta anos, não queria agora ver-me prejudicado ao fim de todos estes anos, quando estou a beneficiar daquilo que os outros agora descontam para mim, mas, há certas coisas que eu estou de acordo que têm de ser cuidadas.----------

------- Temos que cair na situação em que chegou o nosso país, são médicos, engenheiros, professores, tanta gente que diz que o sistema foi abaixo porque se tornou insustentável. ----------

------- Tendo em conta a situação dos privados, a Segurança Social tem de ser realmente revista, temos todos de contribuir, tanto faz a parte pública como a laboral, para a mesma finalidade e levar isto a bom termo.----------

------- Como para mim a Moção está ferida de inconstitucionalidade em relação à política, não estou de acordo com a mesma, se fosse apresentada de outra maneira, talvez concordasse. --------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação a presente Moção. ----------

------- A Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos Vogais da Coligação Democrática Unitária, onze votos contra dos Vogais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e as abstenções dos Vogais António Gomes, Artur Salgado, Pedro Matildes, Jacinto Barbosa e Joaquim Banha do Partido Socialista, aprovar a Moção. ----------

------- O Vogal Jacinto Barbosa apresentou a seguinte Declaração de Voto:----------

------- "A razão que me levou a votar pela abstenção, é que penso que o problema da Segurança Social é de tal maneira complexo que merece um tratamento muito mais profundo. Deve ser pensada desapaixonadamente e olhar para ela com mais realidade, não esquecendo a imensidão de desfavorecidos e idosos, pessoas das mais variadas condições, que vivem dramas terríveis no dia a dia. ----------

------- Penso que esta Assembleia Municipal tem toda a legitimidade de um dia debater a questão da Segurança Social ou dos seus princípios, mas temos que o fazer desapaixonadamente,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

procurando de alguma maneira contribuir para que seja levado a bom porto ou a bom termo a defesa dos interesses de todos.----------

------- Quanto à questão da Segurança Social ser privatizada, eu não defendo isso, pois penso que o assunto merece um outro aprofundamento."----------

------- Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos.----------

------- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e dez minutos. ----------

---------- PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

------- **PONTO UM - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA VENDA AMBULANTE:-**

Foi presente o ofício número nove mil trezentos e oitenta de vinte e quatro de Julho de dois mil e seis da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta de Alteração ao Regulamento da Venda Ambulante, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de dezanove de Junho de dois mil e seis, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. ----------

------- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Presidente da Câmara.----------

------- O Presidente da Câmara proferiu a seguinte intervenção:----------

------- Esta proposta de Alteração ao Regulamento da Venda Ambulante tem a ver com o facto de termos sentido a necessidade de actualizar o Regulamento existente, o qual tinha cerca de vinte anos. ----------

------- Uma das situações que se punha frequentemente estava relacionada com a venda ambulante no Couço. Se bem me recordo, o Regulamento anterior estipulava que a venda ambulante só se podia fazer um dia por semana, à segunda-feira, numa parte do dia, junto à Cooperativa de Consumo do Couço, no entanto, não era essa a prática habitual. Sistematicamente, recebíamos queixas dos comerciantes e também protestos dos vendedores ambulantes, que não aceitavam a situação vigente, daí que houve algumas contra-ordenações.----------

------- Face a esta circunstância e também às actualizações que decorrem da legislação, procedeu-se à alteração do Regulamento, o qual esteve em discussão pública e depois foi aprovado, por unanimidade, pela Câmara e está hoje aqui para a Assembleia Municipal o discutir e aprovar se assim o entender. Se Os Vogais acharem que há alterações importantes a fazer, o documento terá de voltar de novo à Câmara, para as alterações serem ou não aprovadas. ----------

------- O Regulamento cumpre as normas legais em termos de legislação nacional e concreta a nível do Concelho de Coruche. ----------

------- A Presidente da Assembleia agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara e passou a palavra aos Vogais.----------

------- O Vogal António Gomes referiu o seguinte: ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Em relação a este novo documento que é apresentado para nos debruçarmos sobre ele, gostaria de tecer algumas considerações.----------

------- O Presidente da Câmara disse que há vinte anos que não havia Regulamento. Se de facto há vinte anos não havia este documento, penso que, neste espaço de tempo, poderia ter saído um pouco melhor, em relação a algumas das condições que estão presentes.----------

------- O Presidente da Câmara esclareceu: Só uma pequena correcção, eu não disse que não havia Regulamento há vinte anos, disse que existia há vinte anos, é um pouco diferente.----------

------- O Vogal António Gomes continuou a sua intervenção, referindo ainda o seguinte:---------

------- Estou perfeitamente de acordo com todas as imposições de higiene e qualidade em relação às viaturas e às pessoas que exercem esta actividade. ----------

------- Nada tenho contra a venda ambulante, creio que, é uma função social e útil, mais útil numas povoações que noutras, tudo depende do índice geográfico e populacional.----------

------- O Presidente da Câmara focou o caso particular da Freguesia do Couço e, em pormenor eu posso dizer que esta Freguesia é de facto distinta de todas as outras do Concelho, porque no Centro Histórico da Vila do Couço os estabelecimentos fixos estão limitados, quer a nível da venda de mini-mercados, quer da venda de pão. ----------

------- O Regulamento vem de facto legalizar e legitimar aquilo que os comerciantes, com os seus estabelecimentos fixos, de alguma forma manifestaram o seu desagrado como a venda ambulante era feita na Vila do Couço.----------

------- Gostaria de salientar que o Regulamento prevê “a venda ambulante não é permitida nas zonas de protecção a 50 metros dos estabelecimentos fixos”. Quem conhece o Couço sabe que há muitos estabelecimentos fixos, ou seja, é dizer que as pessoas com estabelecimentos fixos abrem a porta e dão de caras com a venda ambulante, porque de facto 50 metros não chega a nada. No entanto, neste momento é fundamental, até se encontrar outras formas de regular especificamente no Centro Histórico da Vila do Couço. ----------

------- No preâmbulo diz-se “poderá existir por parte da Câmara ou das Juntas de Freguesia a intenção de vir a criar locais de venda ambulante em lugares fixos”, isto é, “poderá” não quer dizer que seja. Se de facto há intenção do executivo vir a criar estes lugares fixos, continuo a dizer que tem mais a ver com o Centro Histórico da Vila do Couço.----------

------- Dado não haver durante vinte anos mais nenhum Regulamento, porque não já ter havido diálogo com as Juntas de Freguesia, concretamente com a Junta de Freguesia do Couço, para a fixação destes locais? É a sugestão que deixo.----------

------- Diz também o Regulamento que são 100 metros de distância onde há Mercados Municipais. Neste momento, onde é que há Mercados Municipais no Concelho de Coruche? Embora, possa ter perspectivas futuras, deixo esta questão. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Há outra situação que eu também não entendo, ainda hoje, numa rua do Couço, um vendedor ambulante parou várias vezes porque os clientes foram lá comprar os produtos, e no Regulamento diz-se "não é permitido mais de vinte minutos", então se for permitido só vinte minutos, o vendedor ambulante tem de ir embora e depois voltar ao mesmo local. Acho que a limitação do tempo também não faz sentido. Penso que deve estar no local permitido o tempo que entender que é necessário. Se for preciso trinta e cinco minutos, o vendedor ambulante tem de dizer ao cliente para esperar um bocadinho. Quem faz a contagem do tempo? Julgo que são questões de pormenor que não fazem sentido. ----------

------- Enquanto não houver diálogo entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para estabelecer os tais locais fixos de venda ambulante e definir uma distância que impeça de facto os vendedores ambulantes de fazerem concorrência directa aos estabelecimentos fixos, daqui a pouco vamos todos dizer que somos vendedores ambulantes, fechamos os estabelecimentos fixos no Centro Histórico da Vila do Couço e cada um agarra na sua viatura e circula.----------

------- O Vogal José Dionísio referiu o seguinte:----------

------- Gostaria de fazer uma observação em relação ao N.º 1 do Artigo 4º, que diz: "o exercício de venda ambulante é vedado às sociedades, aos mandatários, e a todos aqueles que exerçam outra actividade profissional, não podendo ainda ser praticado por interposta pessoa." Eu pergunto se uma empresa, por exemplo, os Panificadores de Coruche, estão aqui considerados. ------

------- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

------- Em relação aquilo que disse o Vogal António Gomes, só lamento que acentue a sua intervenção e não tenha participado na discussão pública. ----------

------- Houve um período de discussão pública, o texto foi enviado para a Associação de Comerciantes de Coruche, publicitado em Edital e foi divulgado nos locais de costume, na Delegação da Câmara no Couço, Juntas de Freguesia, etc. Da parte dos comerciantes do Couço, que me parece que o Vogal quer representar de alguma forma ou invocar as suas preocupações, dos vendedores ambulantes, da população em geral e das Juntas de Freguesia, não houve nenhuma sugestão relativamente à alteração deste Regulamento. ----------

------- A Câmara pediu aos técnicos para elaborar o documento, depois apreciou-o, decorreu o período de discussão pública, posteriormente debruçou-se sobre ele e aprovou-o por unanimidade.----------

------- Admitimos que hajam correcções e sugestões, agora não nos acusem de falta de diálogo. Qualquer munícipe e ainda para mais os eleitos devem estar atentos a estas situações. ----------

------- Concretamente, em relação ao caso do Couço, costuma-se dizer que "quem cala consente" pode não ser a situação concreta, mas houve um período de discussão pública que não foi aproveitado por quem aparentemente está interessado na situação. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Este Regulamento é a resposta para a regulamentação da venda ambulante no Concelho de Coruche, não é a resposta para os interesses dos comerciantes fixos ou exclusivamente para o interesse dos vendedores ambulantes.----------

------- Nestas questões do comércio, como em tudo nesta sociedade em que vivemos, funciona o mercado e se há comerciantes fixos que de facto entendem que é mais vantajoso fazerem venda ambulante, podem perfeitamente também praticá-la, isso não está excluído. ----------

------- As dificuldades dos comerciantes fixos, conhecemo-las.----------

------- O que faz existir os vendedores ambulantes é o facto de haver procura por parte dos clientes, por diversas razões que o próprio cliente deve saber. ----------

------- Coruche não é uma ilha, não é excepção, há vendedores ambulantes por todo o país. Como os comerciantes fixos têm direitos, também os vendedores ambulantes têm direitos.--------

------- Se essas questões são tão importantes na Freguesia do Couço, naturalmente que a Câmara e esta Assembleia devem estar sensíveis a essas sugestões de alteração. Se a Assembleia assim o entender, o documento voltará de novo à Câmara para discussão.----------

------- Cumprimos tudo aquilo que a lei determina, nomeadamente o período de discussão pública e de facto não nos chegaram achegas e sugestões, para a alteração deste documento, quando inclusivamente a situação tinha sido bastante discutida em relação à Freguesia do Couço.---------

------- A Assembleia é soberana, se a sua maioria entender não ratificar este Regulamento, ele voltará de novo à Câmara e depois à discussão pública. ----------

------- Em relação à questão colocada pelo Vogal José Dionísio, aparentemente é assim, o exercício da venda ambulante é vedada às sociedades, aos mandatários e a outros. Penso que é pertinente tendo em conta uma prática que existe no Concelho de Coruche. O que estipula o Regulamento é a lei nacional, que não foi criada efectivamente só para Coruche. É uma questão que fica à discussão e a Assembleia Municipal decidirá aquilo que entender melhor, pois é possível criar excepções relativamente a este Artigo, se assim o entenderem. Taxativamente é isso o que deriva deste Artigo, é essa a conclusão.----------

------- O Vogal Luís Alberto referiu o seguinte:----------

------- No que diz respeito à Freguesia do Couço, que tem um elevado aglomerado populacional, existem problemas de vária ordem, nomeadamente, a venda de determinados produtos mesmo à porta de estabelecimentos comerciais. No caso de um comerciante ter a porta aberta e estar um vendedor ambulante junto da sua porta a vender os mesmos tipos de produtos, a situação é grave.

------- Julgo que este Regulamento é mais uma transcrição da lei. Parece-me que a sua discussão devia ter tido mais algum envolvimento. ----------

------- Conversei com alguns comerciantes do Couço e disse-lhes, inclusivamente até lhes fiz chegar cópia desta proposta, para colocarem as suas dúvidas e sugestões, mas, por aquilo que

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

ouvi por parte do Presidente da Câmara, não houve qualquer questão em relação a esse assunto. Por parte da Junta de Freguesia, recebemos o Regulamento e foi entendimento que não havia muito a alterar. ----------

------- Não me parecia mal que o documento voltasse outra vez à Câmara e que houvesse uma discussão mais profunda, fazer uma reunião com os comerciantes no sentido de tentar que fosse um documento mais consensual.----------

------- Penso que este documento carece de uma outra situação, podemos ter mil Regulamentos, mas tem de haver quem os faça aplicar. Essa era a carência do Regulamento anterior, inclusive chegou-se a contactar a GNR sobre determinadas situações e, esta dizia, pura e simplesmente, que não tinha nada que intervir. Será assim, não será assim? Julgo que a GNR deve intervir em situações que vão contra a lei, e nesta situação concreta a lei é o Regulamento Municipal. --------

------- Acho que se este documento for aprovado temos de tomar medidas para que haja uma efectiva fiscalização, por forma a que as situações não continuem como tem sido até este momento. Não quero dizer com isto que, não seja legal e que as pessoas não devem continuar a comprar aos vendedores ambulantes, agora à porta de um estabelecimento que paga uma renda e que tem os seus encargos, acho que está mal, daí que este Regulamento possa ter esse valor. -----

------- O Presidente da Câmara salientou o seguinte: ----------

------- A venda ambulante só pode acontecer a cinquenta metros de distância dos estabelecimentos comerciais. ----------

------- A GNR não aplicava o anterior Regulamento, segundo sei, porque o mesmo não foi aprovado pela Assembleia Municipal. Era uma proposta de Regulamento que não tinha força de lei.--

------- A Fiscalização Municipal fez algumas contra-ordenações com base na legislação nacional, o que é possível e a GNR também o pode fazer. ----------

------- O Vogal Francisco Gaspar fez notar: Como se pode observar consta no Artigo 38º que o Regulamento anterior foi aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de quatro de Novembro de mil novecentos e oitenta e dois. ----------

------- O Presidente da Câmara afirmou: Tenho a impressão que não foi aprovado, mas admito que sim. Tinha a ideia que era isso que se invocava. ----------

------- O Vogal Ernesto Cordeiro referiu o seguinte:----------

------- Em relação a este documento acho que realmente carece de ser bem observado, porque os vendedores ambulantes fazem falta à população que não se pode deslocar.----------

------- Tenho um estabelecimento e não me afronta que haja vendedores ambulantes e que vendam o mesmo artigo, desde que, sejam fiscalizados, paguem as suas contribuições e as licenças camarárias e que não vendam artigos roubados.----------

------- A Vogal Isabel Ferreira afirmou: No Artigo 27º deste Regulamento “Entidades Fiscaliza-

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

dores" é referido duas entidades que já não existem, tais como: Inspecção-Geral das Actividades Económicas e Inspecção das Condições de Trabalho, passou a designar-se Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica e Inspecção-Geral do Trabalho, respectivamente. É só uma pequena correcção, não sei se terá alguma importância para o documento, mas penso que sim. ---

------- O Vogal Carlos Ceia referiu o seguinte: ----------

------- A opinião da bancada do Partido Social Democrata é que este Regulamento, que até considera bem feito, tem de facto algumas lacunas.----------

------- Relativamente ao Artigo 4º, alguma volta tem de ser dada. Foi frisada a situação dos Panificadores, que é uma Sociedade muito antiga em Coruche, a qual faz a venda ambulante. ----

------- Sugeríamos que o Regulamento voltasse novamente à Câmara e que fosse convocada uma reunião com as Juntas de Freguesia, comerciantes e algumas sociedades, para uma melhor análise do documento para começar a funcionar de uma forma legal.----------

------- O Vogal Artur Salgado salientou: Relativamente ao Artigo 27º, com a mudança dos Ministérios há também a mudança das designações a não ser que decorra da lei impreterivelmente. Não sei se é possível apenas fazer referência " da competência dos organismos nacionais competentes", porque amanhã muda o Governo e muda outra vez a designação. ----------

------- O Presidente da Câmara afirmou o seguinte:----------

------- Aceito perfeitamente a sugestão do Regulamento voltar à Câmara, pelo menos para discussão destes pontos que foram referidos para a correcção do texto.----------

------- A Vogal Isabel Ferreira questionou: O Regulamento volta à Câmara com algumas sugestões ou sem sugestões?----------

------- A Presidente da Assembleia esclareceu: O Regulamento voltará à Câmara com as sugestões que foram propostas.----------

------- A Vogal Isabel Ferreira referiu: No caso dos Panificadores, acho que é importante criar uma situação de excepção, pois, face ao Artigo 4º, não pode fazer venda ambulante. Contudo, a distribuição de pão neste momento está a ser feita e é de facto uma actividade importante para o Concelho. ----------

------- O Vogal Carlos Ceia referiu: Até que ponto se pode ou não ultrapassar a lei?----------

------- Queria salientar que as outras padarias também podem querer vender pão e dessa forma serão prejudicadas. ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à consideração se o Regulamento volta à Câmara com as sugestões propostas ou se é aprovado tal como está. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu: A questão dos Panificadores, no meu entendimento, está resolvida no ponto 2 do Artigo 2º. Penso que não é uma venda ambulante, mas sim, uma distribuição domiciliária efectuada por conta de comerciantes com estabelecimentos fixos. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- O Vogal Carlos Ceia sublinhou: Não se trata de um comerciante, mas sim, de uma Sociedade. ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação a seguinte proposta: ----------

------- Remeter à Câmara a proposta de Alteração ao Regulamento da Venda Ambulante, no sentido de ser rectificada, conforme sugestões propostas. ----------

------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Presidente da Assembleia.----------

------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

------- **PONTO DOIS - E.N. 114 - REABILITAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DAS PONTES METÁLICAS GENERAL TEÓFILO TRINDADE, TIJOLO, PAU, COROA E SORRAIA VELHO E PONTE DO MONTE DA BARCA - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO:-** Na sequência do pedido formulado por Estradas de Portugal, foi presente o ofício número nove mil seiscentos e noventa e sete de um de Agosto de dois mil e seis da Câmara Municipal de Coruche, solicitando que a Assembleia Municipal declare de interesse público o projecto de reabilitação e reforço estrutural das pontes metálicas General Teófilo Trindade, Tijolo, Pau, Coroa e Sorraia Velho e Ponte do Monte da Barca, implantadas no Concelho de Coruche, dado servirem a E.N. 114, a qual proporciona a única travessia do Vale do Sorraia para acesso à Vila de Coruche e se assume fundamental na ligação Santarém/Montemor-o-Novo, de conformidade com a deliberação da Câmara de dezanove de Julho de dois mil e seis.----------

------- A Presidente da Assembleia passou a palavra aos Vogais.----------

------- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Não entendo porque é que uma empresa pública pede à Câmara e à Assembleia Municipal que delibere sobre a declaração de interesse público.---------

------- O Presidente da Câmara esclareceu: A lei estabelece que sempre que se pretenda intervir em espaço ecológico, para se fazer qualquer tipo de obra, é necessário uma declaração de interesse público favorável da Autarquia do respectivo Concelho. É um formalismo. Imaginemos que a obra podia ser gravosa. ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois.----------

------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público o projecto de reabilitação e reforço estrutural das pontes metálicas General Teófilo Trindade, Tijolo, Pau, Coroa e Sorraia Velho e Ponte do Monte da Barca, implantadas no Concelho de Coruche, dado servirem a E.N. 114, a qual proporciona a única travessia do Vale do Sorraia para acesso à Vila de Coruche e se assume fundamental na ligação Santarém/Montemor-o-Novo.----------

------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

------- **PONTO TRÊS - ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2006 - VI ALTERAÇÃO AO P.P.I. E V ALTERAÇÃO ÀS A.M.R:-** Foi presente o ofício número onze

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

mil duzentos e noventa e sete de doze de Setembro de dois mil e seis da Câmara Municipal de Coruche, anexando a Alteração às Grandes Opções do Plano de 2006 (VI Alteração ao P.P.I. e a V Alteração às A.M.R.), que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de seis de Setembro de dois mil e seis, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. ----------

------- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara.----------

------- O Presidente da Câmara referiu o seguinte: ----------

------- As Alterações propostas são do mesmo tipo, têm a ver com a necessidade de colocarmos no PPI e AMR de 2006 verbas que possam sustentar o investimento que se pretende fazer em 2007, relativamente a obras que se iniciaram em 2006. Estas obras estavam previstas para 2006 na sua totalidade, concretamente, Central de Camionagem, Sintético do Couço, Sintético das Fazendas das Figueiras, Zona Industrial do Couço e Observatório da Cortiça e do Sobreiro, no entanto, neste momento, sabemos que não se irão realizar na totalidade, pelo que é necessário prevermos a despesa para 2007. De outra forma o Tribunal de Contas não aprovará os contratos para a adjudicação dessas obras.----------

------- Temos nesta fase do ano de calcular aquilo que se gasta em 2006 e prever aquilo que se gastará em 2007, digamos, as verbas ficam afectas uma parte no ano económico de 2006 e outra parte afecta ao ano económico de 2007. ----------

------- A Presidente da Assembleia agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara e passou a palavra aos Vogais.----------

------- O Vogal Francisco Gaspar referiu o seguinte: ----------

------- Gostaria de fazer um pequeno comentário sobre a verba que estará inscrita para a construção dos relvados sintéticos. Penso que é fundamental e muito importante para o Concelho e para o desenvolvimento dos jovens, no aumento do seu interesse para a prática do desporto. A construção destes campos, já o referi noutras Sessões e, hoje, volto a fazê-lo que é com imensa tristeza que constatamos que o nosso Concelho ainda não está coberto completamente de recintos para a prática desportiva. Há Freguesias que ainda não têm sequer um ringue polivalente. ----

------- Apesar de considerar muito importante estes investimentos, volto a referir que me preocupa que nem todos os jovens do Concelho possam praticar desporto em espaços condignos.-----

------- Uma vez que vamos aprovar esta modificação, gostava de deixar este alerta e mais uma vez este pedido ao Presidente da Câmara, agora que vamos entrar na preparação do Orçamento para o próximo ano, que tenha em conta essas situações. ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três.----------

------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a Alteração às Grandes Opções do Plano de 2006 (VI Alteração ao P.P.I. e a V Alteração às A.M.R.).----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

------- **PONTO QUATRO - FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA 2007:-** Foi presente o ofício número onze mil duzentos e noventa e cinco de doze de Setembro de dois mil e seis da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta de fixação da taxa de Derrama para 2007, em 8%, a qual foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de seis de Setembro de dois mil e seis. ----------

------- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Presidente da Câmara.----------

------- O Presidente da Câmara referiu o seguinte: ----------

------- A Câmara propõe a fixação da taxa de Derrama para 2007 exactamente pelo valor que foi aprovado no ano transacto, por nos parecer que é um valor moderado. A taxa máxima é de 10% e a Câmara aprovou, por unanimidade, uma taxa de 8%. ----------

------- Por outro lado, ainda tem a ver com a constatação evidente da receita da Derrama não ter subido. Prevê-se para 2006 uma arrecadação idêntica a 2005 ou eventualmente inferior. Em Setembro de 2005, tínhamos arrecadado 446 mil euros, este ano até Setembro, arrecadamos 408 mil euros, o que pressupõe que o valor a arrecadar de Derrama em 2006 seja inferior ao que foi arrecadado em 2005 que, recordo, chegou aos 453 mil euros.----------

------- Parece-me justo que seja fixado este valor, se tivermos em conta outros Concelhos do distrito e até a nível nacional. Olhando à nossa volta, Coruche está numa posição idêntica a outras Câmaras, a grande maioria praticam uma taxa de 10%, de 9% e Coruche é das que pratica o valor mais baixo, juntamente com mais duas Câmaras que também praticam valores deste género ou um pouco inferiores. ----------

------- Não podemos esquecer-nos, no caso das Câmaras Municipais do interior, que têm receitas próprias relativamente escassas, que esta possibilidade de arrecadar receita é essencial para a manutenção das mesmas e para a sua capacidade de investimento.----------

------- Parece-me que se justifica aprovarmos esta Derrama e destiná-la a financiar parte das obras que têm a ver com o dique de protecção contra cheias e respectivo arranjo paisagístico e o interceptor de cintura de águas pluviais da Vila de Coruche, que é uma grande obra que está a decorrer, pelo que a Derrama obtida desta taxa a aplicar aos contribuintes do Concelho, será aqui aplicada.----------

------- Parece-me que o valor proposto é um valor razoável, diria mesmo até consensual, face aquilo que se pratica noutros Concelhos do distrito e mesmo a nível nacional.----------

------- A Presidente da Assembleia agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara.

------- Não havendo por parte dos Vogais qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quatro. ----------

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, fixar a taxa de Derrama para 2007 em 0,8%.--

------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

------- **PONTO CINCO - FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2007:-** Foi presente o ofício número onze mil duzentos e noventa e seis de doze de Setembro de dois mil e seis da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2007, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de seis de Setembro de dois mil e seis, pelas seguintes percentagens: -

------- 0,7 % para os prédios urbanos;----------

------- 0,4 % para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.----------

------- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presidente da Câmara.----------

------- O Presidente da Câmara referiu o seguinte: ----------

------- Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis também a proposta vai no sentido de aprovarmos os valores idênticos ao ano transacto e que são respectivamente: 0,7% para os prédios urbanos não avaliados e 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. -------

------- A arrecadação destas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis no Concelho de Coruche não tem grande significado. Alerto para o facto de em 2005 terem tido alguma expressão, porque conseguimos recuperar Contribuição Autárquica que estava atrasada. A verba normal é uma verba a rondar os 800 mil euros. Neste momento, a Câmara arrecadou, relativamente ao ano anterior, 781 mil euros, portanto, a previsão não será muito além deste valor, podendo ficar à volta dos 800 mil euros. ----------

------- Também se formos fazer o comparativo com outros Concelhos, verificamos que muitos praticam os valores máximos de 0,8% e 0,5%, mesmo aqui à nossa volta, vários o fazem.---------

------- Quero dizer também, antecipando algumas opiniões, já o tenho repetido aqui e é absolutamente verdade, que muitas vezes quando se vem invocar o facto de as pessoas pagarem esta taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis e o valor poder pesar na bolsa dos contribuintes com menos possibilidades, devo lembrar que, uma parte significativa da população do Concelho de Coruche, está isenta do pagamento destas taxas, nomeadamente se não tiverem por ano rendimentos superiores a catorze vezes o salário mínimo nacional, no caso de um contribuinte individual ou o dobro no caso de uma família de dois elementos. É um facto que se está a proceder à actualização dos prédios, mas muitos ainda não estão actualizados. Essa isenção é possível para as famílias com mais dificuldades, aqueles que são reformados ou que têm situações mais complicadas, como o desemprego. ----------

------- Relativamente à razão deste imposto e ao facto da Câmara ver nele um contributo importante para a sua actividade, deriva das receitas próprias serem escassas. Naturalmente que o prin-

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

cípio da justiça passa por aqueles que têm mais alguma coisa contribuírem relativamente a esse mesmo património. Não podemos esquecer que muita gente ainda não tem casa própria e quando falamos de património, estamos a falar de património construído, a falar de habitação própria que as pessoas fazem com sacrifício. ----------

------- Também se não houver receitas derivadas destes impostos, dificilmente as Câmaras conseguem executar tarefas e realizar aquilo que são as obras que interessam a todos.----------

------- Estamos também a fazer justiça social, quando arrecadando aquilo que alguns podem pagar e que se distribui por todos de uma forma equitativa, como infra-estruturas básicas, estradas, abastecimento de água, recintos desportivos, actividades culturais, etc., etc.----------

------- Avizinham-se no futuro nuvens negras para o Poder Local, aquilo que é o financiamento das Autarquias por parte do Estado, pois a nova Lei das Finanças Locais aponta muito para os impostos municipais e a possibilidade das Autarquias arrecadarem receitas a nível local. Portanto, não devemos rejeitar essa hipótese, tendo sempre a preocupação de alguma contenção e de um equilíbrio relativamente ao tecido social no Concelho em que vivemos.----------

------- A Presidente da Assembleia agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara e passou a palavra aos Vogais.----------

------- O Vogal Carlos Ceia referiu o seguinte: ----------

------- A informação que obtivemos da Divisão Financeira é que o valor este ano é sensivelmente idêntico ao do ano passado menos 170 mil euros de Contribuição Autárquica.----------

------- A posição do Partido Social Democrata não é querer reduzir as receitas que vão entrar, impedir o carácter investidor ou os compromissos assumidos pela Câmara. Por esse facto vamos, mais uma vez, votar favoravelmente as taxas apresentadas, salvaguardando e também reiterando o que dissemos quer em 2004 pelo Vogal Francisco Cortez, quer em 2005 pelo Vogal Francisco Gaspar. Vamos estar atentos às previsões para 2007 e salvaguardamos a nossa posição em relação a baixar as taxas se estes valores aumentarem substancialmente. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu o seguinte:----------

------- O Grupo Municipal da CDU tem, desde alguns anos, votado contra as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis e apresentado contrapropostas de baixar percentualmente essas taxas, porque pensamos que ser proprietário de uma casa não é um privilégio como às vezes se tenta aqui fazer crer. Que sacrifício não tem um casal para construir uma casa? Quantos anos não passam para poder concretizar esse sonho? Quantos anos não passam para pagá-la? Quantas taxas não pagam até estar instalado na sua casa? Quantas taxas continuam a pagar depois para que seja recolhido o lixo? Enfim, taxas em cima umas das outras para os mais variados fins. ----------

------- Depois outra situação que é engraçada, paga-se mais pela contribuição de uma casa do que se paga por exemplo por um veículo de alta cilindrada, que anda nas estradas e desgasta o

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

alcatrão, enquanto a casa está ali fixa a ocupar o território que o proprietário comprou. Logo à partida é um imposto injusto. ----------

------- Quanto aos argumentos sobre as isenções, é bom que se diga, não sei se o Presidente da Câmara não o referiu porque não quis, quando afirmou o valor de catorze salários mínimos nacionais ano, esqueceu-se de dizer que se o prédio tiver um valor tributável superior a 60 mil euros, já não há isenção e, hoje, uma casa por muito modesta que seja vale 60 mil euros. ----------

------- O Presidente da Câmara salientou: Como sabe o valor tributável não é aquilo que a casa vale, não é o valor comercial, são coisas absolutamente diferentes. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu ainda o seguinte: ----------

------- Penso que a percentagem proposta é injusta. Há pessoas que já estão a ver o efeito deste imposto, os seus orçamentos serão bastante abalados, há casos em que aumentou o dobro. --------

------- Este aumento da receita arrecadada nestes últimos anos não é proveniente do aumento dos prédios a tributar, porque a maioria dos prédios que foram construídos estão isentos do pagamento destas taxas, é sim do aumento do valor real daquilo que é tributado, portanto, do que provém das habitações que estão feitas. Há um aumento substancial de 2004 para 2005 e este ano provavelmente ir-se-á repetir. ----------

------- A nossa proposta, tal e qual como foi apresentada o ano passado, é no sentido que fosse dado um sinal de que algo se passa neste Concelho e que se baixasse um ponto percentual em qualquer das taxas, ou seja, para os prédios urbanos - passar de 0,4% para 0,3% e para os prédios urbanos já avaliados nos termos do CIMI - passar de 0,7% para 0,6%. ----------

------- O Vogal Filipe Justino referiu o seguinte: ----------

------- O que é verdade é que com sacrifício os coruchenses fazem a sua casa. ----------

------- Os Presidentes de Câmaras também geridos pela CDU têm as mesmas dificuldades e constata-se na comparação com alguns Concelhos, por exemplo, Benavente aplica as taxas máximas de 0,8% e 0,5%, Constância aplica as taxas de 7,2% e 4,5% e Chamusca aplica as mesmas taxas que Coruche. O que é verdade em Coruche também é verdade noutros lados. ----------

------- Não há coerência, porque os Vereadores da CDU na reunião de Câmara abstiveram-se. Relativamente aos prédios avaliados propuseram baixar para 0,6% e em relação à taxa de 0,4% concordaram. Portanto, há aqui um desfasamento, mas isso são rosas do rosário que eu não tenho nada a ver com isso. ----------

------- De facto a Câmara Municipal de Coruche não pratica os preços mais altos e podemos ver algumas Câmaras de outras áreas e observar que poucas praticam as taxas propostas pela CDU. -

------- A Vogal Isabel Ferreira referiu o seguinte: ----------

------- Já é normal a CDU dramatizar, aqui já está mais um drama, “o imposto é injusto”, não entendi muito bem. Daquilo que tenho conhecimento, não só pela vivência no Concelho de

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

Coruche, também tenho contacto com outros Concelhos, como Montijo e Alcochete, e vejo as pessoas preocupadas quando compram casa é com os espaços verdes, zona envolvente e o que a Câmara faz, agora com o Imposto Municipal sobre Imóveis não vejo as pessoas preocupadas. Quando vou comprar uma casa não digo que não compro uma casa de 60 mil euros e vou comprar uma de 15 mil euros para pagar menos Imposto Municipal sobre Imóveis. Sinceramente, hoje, muito pelo contrário, as pessoas preocupam-se é com a qualidade de vida que as Autarquias dão aos habitantes e realmente para poderem dar essa qualidade de vida, têm de ter recursos financeiros para investirem. ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Cinco. ----------

------- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos Vogais do Partido Socialista e dos Vogais do Partido Social Democrata e treze votos contra dos Vogais da Coligação Democrática Unitária, fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2007:----------

------- 0,7% para os prédios urbanos; ----------

------- 0,4 % para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.----------

------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

------- Seguidamente a Presidente da Assembleia solicitou autorização para continuação dos trabalhos pelas zero horas.----------

------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a continuação dos trabalhos. ---------

------- **PONTO SEIS - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO:-** Foi presente o ofício número onze mil duzentos e noventa e quatro de doze de Setembro de dois mil e seis da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta de celebração de Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de seis de Setembro de dois mil e seis, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. ----------

------- A Presidente da Assembleia passou a palavra aos Vogais.----------

------- O Vogal Francisco Gaspar proferiu o seguinte:----------

------- Relativamente aos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, para o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, antes de mais, era fundamental sabermos qual a posição dos Presidentes de Juntas de Freguesia presentes, sobre ao conteúdo dos protocolos e se os mesmos são favoráveis para as respectivas Freguesias. ----------

------- É também fundamental para nós saber se as Assembleias de Freguesia já se pronunciaram sobre os protocolos propostos para as suas Freguesias. ----------

------- Queremos também fazer notar e observar, com algum espanto, que o executivo camarário

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

demorou quase um ano a voltar a propor a assinatura dos protocolos com as Juntas de Freguesia.

------- Politicamente é nossa convicção que este processo só se desenrolou após a denúncia e até mesmo o alerta público que o Grupo Municipal do Partido Social Democrática fez desta questão aquando da Assembleia Municipal de Abril.----------

------- Sempre defendemos e vamos continuar a defender o reforço das competências nas Juntas de Freguesia, bem como o reforço da sua autonomia. ----------

------- Contudo, apenas podemos votar favoravelmente as propostas que garantam estas premissas, o reforço de competências e, sobretudo, a autonomia das Juntas de Freguesia.----------

------- Após os executivos das Juntas de Freguesia se pronunciarem sobre os protocolos, bem como as respectivas Assembleias de Freguesia ou pelo menos que os Presidentes das Juntas de Freguesias nos transmitam se já foi votado nas Assembleias de Freguesia, nós estaremos em condições para votar quaisquer um desses protocolos. ----------

------- Gostava também de questionar o Senhor Presidente da Câmara, visto não haver até ao momento protocolos assinados, se as Juntas de Freguesia estão a receber as respectivas transferências já com base nestes novos protocolos ou ainda com base nos anteriores que deixaram de vigorar, há cerca de um ano. ----------

------- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

------- Em relação à posição dos Presidente das Juntas e das Assembleias de Freguesia, ela está tomada. Chegou à Câmara a posição de todas as Assembleias de Freguesia, as quais aprovaram por unanimidade a proposta de protocolo entre a Câmara e as Juntas de Freguesia respectivas, isso era condição para o assunto ser submetido hoje à Assembleia Municipal. ----------

------- Antes de se elaborar o novo protocolo, manteve-se em vigor o anterior. ----------

------- Quanto às estradas de terra batida, o critério utilizado desde o ano de 2003, é de atribuir uma verba de determinado valor por quilómetro, tendo em conta o tipo de caminho. ----------

------- Nos últimos anos temos realizado um conjunto de investimentos em estradas e também procedido ao alcatroamento de muitos quilómetros de estradas. Há Juntas de Freguesia onde a quantidade de quilómetros a conservar diminuiu significativamente. Noutras Freguesias incorporaram-se mais arruamentos que antes eram conservados pela Câmara e, por opção própria, decidiram propor fazer mais trabalhos na conservação de arruamentos, é o caso das Juntas de Freguesia de Fajarda (porque se abriram mais arruamentos) e de Santana do Mato (irá fazer trabalho em arruamentos que anteriormente fazia a Câmara). ----------

------- Fizeram-se acertos em relação ao protocolo anterior, daí que haja algumas alterações nas verbas a distribuir pelas Juntas de Freguesia.----------

------- Quanto ao reforço das competências e à autonomia das Juntas de Freguesia, não é à Câmara que compete reforçar a autonomia ou dar mais autonomia às Freguesias, como sabemos

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

tal depende da iniciativa governamental. O que a Câmara faz é um protocolo com base numa vontade mútua de transferir temporariamente competências que eram da Câmara e que passam para as Freguesias.----------

------- Também procedemos a alguns ajustes relativamente a certos trabalhos, no caso da Freguesia do Couço, no protocolo anterior estavam designados quatro funcionários para apoiar na limpeza das ruas, mas, como neste momento só estão lá três funcionários, para fazer face a esta diminuição, ficou o compromisso da Câmara, uma vez por semana, deslocar lá a varredora mecânica e uma operadora para fazer a limpeza das ruas do Couço. ----------

------- Devo recordar que esta verba é só uma parte do financiamento das Freguesias, todos sabemos que recebem do Estado os meios para se manterem e desenvolverem a sua actividade. Apesar das dificuldades e das limitações que a Câmara vai tendo, nomeadamente este ano em que não tivemos qualquer aumento do Orçamento do Estado, aprovamos no nosso Orçamento para 2006 um aumento de 2,5% para as Freguesias, aumento esse que foi logo concretizado em Janeiro de 2006 e agora o que fizemos foi apenas actualizar os protocolos. Em alguns casos as Freguesias passam a receber mais, porque têm mais competências, noutros casos recebem o mesmo e noutros casos recebem um pouco menos, porque têm menos trabalhos a desenvolver. Estes protocolos são uma parte do trabalho acordado entre a Câmara e as Freguesias.----------

------- Recordo ainda que há algumas Juntas de Freguesia que têm outro tipo de protocolos com a Câmara, nomeadamente: na área dos transportes escolares, foi um desafio que temos vindo a fazer às Juntas de Freguesia e que algumas assumiram, como a Lamarosa, Santana do Mato e Branca, estão a substituir a Câmara nesse trabalho; no âmbito do Ribatejo Digital, para instalação de meios informáticos em todas as Freguesias, num período transitório, e ainda a disponibilidade de funcionários para dar assistência e esclarecer dúvidas; protocolos pontuais para ajudar a resolver situações de investimentos de maior vulto que as Juntas de Freguesia pretendem realizar. Aconteceu em relação à Junta de Freguesia da Fajarda (construção da Casa Mortuária), da Junta de Freguesia da Erra (construção do Ringue Polidesportivo e caminho de ligação do Centro Histórico da Erra ao cemitério) e da Junta de Freguesia de Coruche (construção do novo cemitério). ----------

------- Só a título de exemplo, devo lembrar, porque estas questões nem sempre são claras, digamos, não aparecem a público, que desde Janeiro de 2006, face aos valores do protocolo assinado em 2003, falando de cada uma das Juntas de Freguesia, recebem mais anualmente as seguintes verbas: Biscainho - 748 contos, Branca - 915 contos, Coruche - 1.081 contos, Couço - 915 contos, Erra - 873 contos, Fajarda - 831 contos, Lamarosa - 915 contos e Santana do Mato - 873 contos. ----------

------- Percebe-se que as Juntas de Freguesia têm dificuldades, precisam de dinheiro para as

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

suas actividades como as Câmaras Municipais, mas o grande responsável pelo financiamento das Juntas de Freguesia é naturalmente o Estado, a própria Lei das Finanças Locais prevê, no futuro, outras formas de financiamento das Juntas de Freguesia. ----------

------- A intenção da transferência de competências é chegar mais perto das populações, servi-las melhor e fazê-lo através das Juntas de Freguesia, quando há essa disponibilidade. Os acordos são feitos de livre vontade e por vontade mútua. ----------

------- O Vogal Francisco Gaspar pode ter a certeza absoluta que tudo isto foi negociado com cada Junta de Freguesia, de livre vontade e por iniciativa de ambas as partes. Naturalmente que o assunto está aqui hoje para aprovar em Assembleia Municipal, depois de todas as Juntas e Assembleias de Freguesia, aprovarem por unanimidade a proposta de protocolos. ----------

------- A Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara e referiu o seguinte: ----------

------- Na sequência do que foi solicitado pelo Vogal Francisco Gaspar, eu pedia que fosse prestado o devido esclarecimento, caso os Presidentes das Juntas de Freguesia presentes assim o entendam, em relação aos protocolos. ----------

------- Seguidamente passou a palavra aos Vogais. ----------

------- O Vogal Jacinto Barbosa afirmou o seguinte:----------

------- Para esclarecimento do Vogal Francisco Gaspar e dos restantes Vogais, gostaria de dizer que este protocolo foi ao longo do tempo negociado com a Câmara, em relação às competências que constam no protocolo da Junta de Freguesia de Coruche, o qual foi aprovado, por unanimidade, pelo executivo da Junta e pela Assembleia de Freguesia. ----------

------- Sempre nas reuniões se falou acerca da possibilidade da transferência de mais alguns dinheiros, a gente anda aqui pela questão do dinheiro, todos gostávamos de ter mais. No entanto, a Junta de Freguesia de Coruche, entende que, tem de haver uma melhor repartição dos dinheiros para que as Freguesias não comecem a ter grandes diferenças umas das outras.----------

------- Pela parte da Freguesia de Coruche, não deixaremos de trabalhar e ao mesmo tempo colaborar com a Câmara, já que nesse sentido estaremos a defender os interesses dos fregueses da nossa Freguesia.----------

------- Não sabia, ouvi agora o Presidente da Câmara afirmar que todas as Assembleias de Freguesia aprovaram por unanimidade os protocolos. ----------

------- O Vogal Joaquim Banha referiu o seguinte:----------

------- Sinto-me no direito de dar alguns esclarecimentos à bancada do PSD, visto não ter representantes no executivo da Junta e Assembleia de Freguesia, não tem os canais próprios para lhe chegar a informação respeitante à Freguesia de Santana do Mato. ----------

------- Este protocolo foi aprovado por unanimidade, depois de discutido com a Câmara, em que

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

fizemos a defesa do nosso território e chegamos ao bom entendimento, no qual assumimos mais trabalho para executar, mas também nos foi distribuído mais verba, e temos intenções de cumprir o acordado. ----------

------- Se algo não está bem, penso que, se calhar é a Lei das Finanças Locais, pois terá que ser revista, mas isso não cabe à Câmara, e de ter atenção de facto as Freguesias rurais, pois não está levada à letra. O Estado devia ter mais conhecimento do que é necessário fazer nestas Freguesias rurais. Por exemplo, às vezes são centenas de quilómetros de caminhos que cada Freguesia tem de ter em atenção.----------

------- Quando vamos adquirir um tractor ou uma máquina, seja do tipo que for, não há qualquer desconto, pagamos o equipamento a preço de mercado, enquanto o agricultor A ou B, e muito bem, tem subsídios para desenvolver a sua actividade agrícola. ----------

------- O que estou aqui a dizer já o fiz sentir nos lugares próprios, a quem manda neste país. ----

------- Em relação ao transporte de alunos, é correcto aquilo que o Governo fez, pois ao adquirirmos uma carrinha para esse fim, já nos é subsidiado e tirado o imposto automóvel, assim adquirimos a carrinha por um valor muito mais baixo. Acho que esse exemplo também devia funcionar para outros equipamentos.----------

------- Em relação à Câmara, penso que está muito bem, sentimos que este protocolo é interessante e vamos trabalhar nele em conjunto. ----------

------- O Vogal Ilídio Serrador referiu o seguinte:----------

------- Em relação à Freguesia da Fajarda, o protocolo foi aprovado em reunião da Junta no passado dia 15 de Setembro, mas com algum descontentamento relativamente às verbas a transferir. A Câmara tem vindo a actualizar os protocolos ano a ano e, este ano foi em 2,5%, no entanto, no que diz respeito à conservação das ruas de terra batida, actualmente para a sua conservação, gastamos o dobro do que gastaríamos há três ou quatro anos atrás, devido à inflação do combustível e derivados, fazendo bem as contas, apesar de estarmos a receber mais dinheiro, sentimo-nos penalizados. ----------

------- Como já disse o Vogal Joaquim Banha, não temos direito a qualquer subsídio, compramos o gasóleo e as máquinas ao preço de mercado, e os orçamentos das Juntas de Freguesia são muito pequenos, esperemos que o preço do gasóleo possa descer e se consiga fazer algo de melhor. ----------

------- Em relação à Assembleia de Freguesia, quero transmitir que o protocolo também foi aprovado por unanimidade. Contudo, mostrou também descontentamento quanto às verbas a transferir e entendia que a Junta de Freguesia devia ter mais competências delegadas pela Câmara. ----------

------- O Vogal Luís Alberto referiu o seguinte:----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Na Freguesia do Couço, tal como noutras Freguesias, os órgãos autárquicos votaram favoravelmente este protocolo. ----------

------- É uma realidade, sem o protocolo, muito dificilmente as Freguesias do Concelho conseguem realizar obras, algumas adquiriram equipamentos e necessitam de verbas para fazer face os custos inerentes à utilização dos mesmos.----------

------- Nas reuniões com a Câmara, que não foram muitas, apenas duas, uma realizou-se em Fevereiro e a outra em Setembro, foi um trabalho não muito profícuo e julgo que se podia ir mais além neste protocolo. Na primeira reunião, a Junta de Freguesia do Couço, fez algumas propostas para inclusão no protocolo de tarefas que desempenha e das quais não é ressarcida. São tarefas que no fundo devia ser a Câmara a fazê-las, mas, também se pode compreender pela impossibilidade de falta de pessoal. Temos um pedreiro contratado que faz manutenção dos passeios e dos arruamentos e deveria ser o pessoal da Câmara a fazer esse tipo de trabalhos. Também temos uma rectroescavadora e sempre que há uma rotura ou alguma urgência, entendemos que, não há necessidade de se deslocar uma máquina de Coruche ao Couço, a nossa máquina poderá fazer esse serviço no dia a dia, mas acontece que tal tem custos para a Junta de Freguesia, (manobrador, gasóleo e manutenção), contudo, sobre essa situação a Câmara não apresentou qualquer proposta. ----------

------- Aprovamos o protocolo porque entendemos que é um mal menor. As verbas a transferir são insuficientes, e posso dar alguns exemplos: ----------

------- Uma das competências delegadas nas Juntas de Freguesia é a manutenção dos espaços verdes e, para os primeiros seis meses, contabilizando as máquinas a vinte euros à hora, claro que é um valor muito abaixo dos custos, as despesas ascendem a doze mil euros e no protocolo consta apenas cinco mil e quatrocentos euros, ou seja, em seis meses gastamos dois mil e quatrocentos contos e temos de transferência mil contos, mesmo assim entendemos que é preferível. Há uma verba geral para todas as Freguesias de quarenta mil e quinhentos e nove euros e daí vamos retirar estes valores. Compreendemos que se não houver este protocolo, possivelmente para as populações será muito mais desfavorável. ----------

------- Em relação à conservação da rede viária e espaços urbanos, os valores também não são suficientes para manter todas as acções que estão no protocolo. Se fizermos a manutenção de todas as estradas da Freguesia do Couço, comparando com outras Freguesias, não percebo porque há Freguesias com mais verba. Esta situação já vinha do protocolo anterior, sendo notório que há poucas alterações em relação ao mesmo. ----------

------- A Freguesia do Couço tem quilómetros e quilómetros de estradas que não fazem parte do protocolo, apenas constam as estradas de Courelinhas/Couço e Vale Sobreiras/Couço, tudo o resto é da competência da Freguesia do Couço. É uma realidade que é impossível fazer tal manu-

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

tenção com eficácia, face aos valores que são transferidos. Apesar de tudo, volto a dizer que aprovamos este protocolo. ----------

------- Em relação à limpeza dos espaços urbanos, no anterior protocolo estava estipulado quatro funcionários, na prática isso nunca funcionou, porque as pessoas adoecem ou têm férias, contudo, não houve qualquer reposição. Por exemplo, há uma funcionária que se encontra de baixa há seis meses, temos apenas duas pessoas para efectuarem este serviço, agora com a varredora já é possível fazer mais algum trabalho. É necessário garantir que na prática estejam a trabalhar as três pessoas, senão é muito difícil e tal vai acarretar custos para a Junta de Freguesia. ----------

------- O Vogal Carlos Brotas referiu o seguinte: ----------

------- Uma vez que o Vogal Gaspar pediu para os Presidentes das Juntas de Freguesia se manifestarem, eu não sou Presidente da Junta de Freguesia da Erra, estou aqui na qualidade de representante legal e devo dizer que estive presente na celebração deste protocolo. ----------

------- A Junta de Freguesia da Erra congratula-se com estas verbas, dado que as verbas que são transferidas do Estado são praticamente para liquidar as despesas fixas, esta é uma verba complementar para o funcionamento da nossa Junta de Freguesia. ----------

------- Também temos uma grande quantidade de estradas de terra batida e, quando não temos autonomia suficiente para fazermos esses trabalhos, recorremos à ajuda da Câmara. Penso que neste aspecto a Câmara tem tido uma abertura excepcional, tanto para a Junta de Freguesia da Erra como para as outras Juntas de Freguesia, desde que seja previamente solicitado. ----------

------- Queria desde já agradecer à Câmara as comparticipações nos protocolos pontuais do caminho pedonal e da Casa Mortuária, pois, com as verbas que esta Junta recebe do Estado, não conseguiríamos fazer essas obras. ----------

------- O Vogal António Venda referiu o seguinte: ----------

------- Em relação a Junta de Freguesia da Lamarosa, como em todas as outras, foi aprovado o protocolo pelo executivo da Junta e pela Assembleia de Freguesia e com o voto favorável da CDU e do PSD. ----------

------- Não há assim muito mais a dizer, já foi tudo dito e a Junta de Freguesia da Lamarosa não é diferente das outras. É verdade que gostaríamos de fazer mais, contudo, consideramos que é justo aquilo que recebemos. ----------

------- Penso que fomos pioneiros nos transportes escolares, temos duas carrinhas ao serviço das escolas. Estamos de parabéns, os familiares dos alunos estão contentes e uma vez que estamos no terreno é a nós que pedem as responsabilidades. Se fosse com os transportes escolares da Câmara não daria tão certo este serviço. ----------

------- Há mais um pequeno protocolo além do que estamos a falar e outros têm sido feitos. Estamos de boas relações com a Câmara e penso que isso é comum a todas as Juntas de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

Freguesia. ----------

------- Temos cento e quarenta e nove quilómetros de estradas de terra batida para conservar e alguns desses quilómetros tem sido com a ajuda da niveladora da Câmara, tal nunca nos foi negado. Há estradas que são da competência da Câmara, mas uma vez que a Junta de Freguesia transmite informação sobre o seu estado, quando se desloca a máquina à Freguesia, tanto passa essas estradas como as que são da nossa responsabilidade. Há um mútuo acordo nesse sentido e, penso que, até aí todas as Juntas de Freguesia beneficiam desse privilégio.----------

------- O Vogal Joaquim Paulino referiu o seguinte: ----------

------- Em relação à Junta de Freguesia do Biscainho, o protocolo foi aprovado por unanimidade, quer no executivo da Junta quer na Assembleia de Freguesia, embora, entendamos que seja necessário também mais dinheiro e aquando da reunião com a Câmara isso foi transmitido.-------

------- Temos que andar para a frente com aquilo que temos. Em princípio aceitei o protocolo, nada tenho a lamentar. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu o seguinte:----------

------- Relativamente a estes protocolos já foi referido o tempo que demoraram a ser elaborados, as eleições foram há um ano e os anteriores protocolos caducaram com o terminar do mandato, mas, do mal o menos, uma vez que os mesmos estiveram em vigor. ----------

------- Parece-me que se está a tratar por igual questões que são diferentes. Uma das competências delegadas nas Juntas de Freguesia é a "gestão e manutenção dos cemitérios", ou seja, a Câmara entende que a verba transferida do poder central não é suficiente e então vai transferir verbas nesse âmbito. Todavia, uma vez que as verbas são todas iguais e há Juntas de Freguesia que têm número diferente de cemitérios, há qualquer coisa que não bate certo. ----------

------- Em relação às estradas, penso que, há algumas discrepâncias, pois não se define concretamente o que as Juntas de Freguesia têm de fazer. Por exemplo, apenas diz valetas, não está discriminado se são em ruas alcatroadas ou em terra batida.----------

------- A situação é um pouco contraditória, temos a gestão da garrafa meio cheia ou meio vazia. Os Presidentes das Junta de Freguesia que se pronunciaram na área do Partido Socialista disseram que estão muito contentes e os que se pronunciaram na área da Coligação Democrática Unitária dizem-se insatisfeitos com as verbas consignadas. Há ainda outra coisa, é que os Presidentes das Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia da CDU, se calhar não podendo ser de outra forma, fizeram juz ao ditado "quando não os podes vencer junta-te a eles", portanto, aprovaram este protocolo porque seria mais gravoso não terem nada.----------

------- Contudo, a decisão política do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária é pela abstenção em relação a estes protocolos. ----------

------- A Vogal Isabel Ferreira fez a seguinte observação: Por amor de Deus. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- O Vogal Manuel Coelho respondeu: Senhora Vogal não faça comentários, ninguém lhe pediu a sua opinião. Também é preciso impor quotas para a gente falar? Lá por terem muitas maiorias, não compram o nosso silêncio com as suas maiorias. Não tem que me responder porque eu não lhe perguntei nada.----------

------- O Vogal Joaquim Banha afirmou o seguinte: ----------

------- Ouvindo o que acabei de ouvir da parte do Vogal Manuel Coelho, não posso ficar calado.

------- Claro que todas as Juntas de Freguesia querem mais dinheiro. Também disse ao Presidente da Câmara na altura da respectiva discussão que queria mais dinheiro.----------

------- Cada Freguesia tem os seus argumentos. Também temos uma máquina a fazer isto e aquilo, ainda há dias andou a trabalhar ao serviço da Câmara. Penso que tem de haver uma troca para a boa relação que felizmente estamos a manter e que não existia com a Câmara anterior. Quero lembrar que, a Junta de Freguesia de Santana do Mato, era a que recebia menos verba e, por outro lado, algumas Juntas de Freguesias nem sequer máquinas tinham, porque estava lá sempre máquinas da Câmara, eram o acordo que havia no tempo da CDU. ----------

------- Francamente, se todos os executivos das Juntas de Freguesias concordaram com o protocolo, não deve haver aqui separações. Cada Freguesia queria mais dinheiro, no entanto, estas verbas foram as que acordamos parte a parte. Vamos todos continuar a querer mais e mais, porque isto não pára, tem de andar e que hajam mais transferências na altura própria de quem de direito, não só da Câmara mas também do Governo. ----------

------- A Vogal Isabel Ferreira referiu o seguinte:----------

------- Se os protocolos já foram assinados e se os Presidentes das Juntas de Freguesia manifestaram tudo o que havia a manifestar, esta discussão, em meu entender, não faz qualquer sentido.-

------- Por outro lado, não irei fazer referência à falta de educação do Vogal Manuel Coelho, isso é outro assunto. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu: Quando a Senhora Vogal diz: “esta discussão não faz qualquer sentido” se estivesse calada, tínhamos adiantado muito tempo.----------

------- A Vogal Isabel Ferreira respondeu: Eu vou dizer ao Senhor aquilo que me disse à boca-dinho “não me responda, faz favor”. ----------

------- O Vogal Francisco Gaspar afirmou o seguinte:----------

------- Devo dizer que, aquilo que acabei de ouvir, esperava não ter que ouvir nesta Assembleia. Se um dia for convocada uma sessão e os assuntos não puderem ser discutidos, então não é necessário fazer a Assembleia, porque os executivos da Câmara e das Juntas de Freguesia assinam os documentos e já não vem nada à Assembleia.----------

------- Das intervenções que fomos ouvindo ao longo dos últimos minutos, gostava de destacar algumas ideias fundamentais, que vão influenciar a nossa decisão para a votação dos protocolos:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- O Presidente da Câmara referiu "o grande financiador das Freguesias é o Orçamento do Estado", tenho aqui os valores que são transferidos para as várias Juntas de Freguesia e, devo fazer notar que, para a Junta de Freguesia da Erra são transferidos cinquenta e três mil e cem euros do Orçamento do Estado e por parte da Câmara cinquenta e seis mil euros, ou seja, o grande financiador da Junta de Freguesia da Erra não é o Orçamento do Estado, mas sim, a Câmara Municipal de Coruche. ----------

------- O Presidente da Câmara questionou: Acha mal é? ----------

------- O Vogal Francisco Gaspar referiu: Eu não acho nada. Não estou a dizer que acho ou que deixo de achar, apenas estou a constatar um facto.----------

------- Gostaria de continuar a minha intervenção, referindo ainda o seguinte: ----------

------- Em relação à Freguesia da Fajarda existe exactamente a mesma situação, do Orçamento do Estado é transferido cinquenta e cinco mil e oitocentos euros e por parte da Câmara menos mil euros. ----------

------- Portanto, o grande financiador, em alguns casos, não é o Orçamento do Estado ao contrário daquilo que foi dito. ----------

------- Uma outra questão que foi levantada por nós e que o Presidente da Câmara rebateu, em relação à Câmara não poder reforçar autonomia e delegação de competências nas Juntas de Freguesia, porque isso estava previsto na lei, acabou mais tarde, também por ser rebatido pelo Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda, quando disse que a Câmara deveria delegar mais competências. Fica essa ideia, ao contrário do que o Presidente da Câmara diz, os Presidentes das Juntas de Freguesia gostavam de ter mais competências. ----------

------- Também o Presidente da Junta de Freguesia do Couço disse que, para se chegar a este protocolo, foi realizado uma reunião em Fevereiro e outra em Setembro, acho que todos ouvimos bem. Questionamos o que esteve por detrás disto? Não conseguimos entender que para fazer algo que é fundamental para a vida das Freguesias, passem tantos meses de intervalo. ----------

------- Penso que, das intervenções que ouvimos dos vários Presidentes das Juntas de Freguesia, todos referiram que vão existir dificuldades face aos valores que a Câmara lhes atribuiu para executar as competências que foram delegadas. Custa-nos ouvir estas intervenções. Defendemos o poder local e pensamos que a casa da democracia para lá da Assembleia e da Câmara Municipal são realmente as Juntas de Freguesia, o poder junto da população. ----------

------- A Câmara ainda não assinou sequer os protocolos com as Freguesias, os quais foram aprovados por unanimidade e os Presidentes das Juntas de Freguesia já estão a dizer que com este dinheiro não dá. Alguma coisa está mal. ----------

------- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

------- Queria esclarecer o Vogal Francisco Gaspar que está a distorcer, houve só um Presidente

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

da Junta de Freguesia, eu tomei nota, foi o Presidente da Junta de Freguesia do Couço que disse, vou reproduzir "é impossível fazer com eficácia a manutenção das estradas com as verbas que são transferidas", foi o único, os outros disseram que o dinheiro era pouco e que gostavam de ter mais dinheiro e ainda que o gasóleo tinham aumentado, sendo difícil fazer trabalho. Quem disse que não era capaz de assegurar a eficácia, foi o Presidente da Junta de Freguesia do Couço. ------

------- Enfim, o Senhor Vogal fica espantado com tudo, nomeadamente com a relação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Penso que lhe falta traquejo e trabalho autárquico. ----------

------- O Vogal Francisco Gaspar fez a seguinte observação: Senhor Presidente da Câmara limite-se a responder. Eu não o ofendi e não lhe admito que faça mais comentários de índole pessoal.

------- O Presidente da Câmara salientou: Não são comentários de índole pessoal, são comentários de índole político. Eu não o interrompi, pedia-lhe que não me interrompesse. Estou-lhe a dizer que lhe falta trabalho autárquico, traquejo autárquico e conhecimento deste tipo de relacionamento, o que não admira porque é Vogal da Assembleia Municipal, não está numa Junta de Freguesia nem numa Câmara Municipal.----------

------- Aquilo que foi dito não é escândalo nenhum, que tivéssemos feito apenas duas reuniões para elaborar o protocolo, porque pelos vistos foram suficientes. ----------

------- As competências delegadas na Junta de Freguesia do Couço são as mesmas do mandato anterior, de tal maneira que a Junta de Freguesia aprovou por unanimidade o protocolo, assim como a Assembleia de Freguesia. Portanto, não vejo necessidade de fazermos mais reuniões por causa do protocolo de delegação de competências. ----------

------- Quero ainda esclarecer, se me permite, não leve isto de âmbito pessoal, que se fala em mais competências e mais autonomia e o Vogal Gaspar junta as duas coisas como se fosse o mesmo. Aquilo que o Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda pediu foi mais competências delegadas e o Senhor Vogal disse que era mais autonomia e que eu tinha recusado. A autonomia é dada pela lei e as competências delegadas são acordadas entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, são coisas diferentes. A Câmara não tem possibilidade de dar mais ou menos autonomia às Juntas de Freguesia, pode é delegar mais ou menos competências por acordo com as Juntas de Freguesias.----------

------- O Vogal Ernesto Cordeiro afirmou o seguinte: ----------

------- Quando este debate se iniciou eu fiquei com a ideia que as intervenções seriam de facto esclarecedoras por parte dos Presidentes das Juntas de Freguesia.----------

------- Não digo que os Vogais não tenham direito de intervir, mas, dá-me a sensação que há pessoas que se querem substituir aos Presidentes das Juntas de Freguesia. Se os Presidentes das Juntas de Freguesia assinaram o protocolo por unanimidade e estiveram de acordo com as situações, embora com as suas limitações, porque é que as pessoas estão a querer criar atritos onde

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

eles de facto não existiram. Estamos a perder tempo e a passar tempo sem necessidade. ----------

------- A Presidente da Assembleia salientou: Recordo que este assunto tem de ser deliberado pela Assembleia Municipal e poderá ser discutido por todos os Vogais, não tem de ser só os Presidentes das Juntas de Freguesia a manifestarem-se sobre os mesmos, todos temos esse direito. --

------- O Vogal Carlos Brotas referiu o seguinte:----------

------- O Vogal Gaspar fez aqui uma observação à verba a transferir pela Câmara no protocolo referente à Junta de Freguesia da Erra. Não sei se o Vogal Gaspar tem alguma experiência de gestão de Freguesias? Com cinquenta e três mil euros que são financiados pelo Estado, ele conseguia gerir uma Freguesia? São cerca de quatro mil e quatrocentos euros por mês, com quatro funcionários e com as despesas fixas, tal é possível? ----------

------- A Presidente da Assembleia fez a seguinte observação: O Vogal Carlos Brotas não pode obrigar qualquer Vogal a dar respostas, apenas deve manifestar a sua opinião sobre o assunto que está a ser debatido.----------

------- O Vogal Carlos Brotas referiu o seguinte:----------

------- O assunto devia ficar esclarecido, porque a Junta de Freguesia da Erra tem de ir buscar dinheiro a este fundo que é transferido da Câmara muitas vezes, não só para as conservações como para outras actividades.----------

------- Como é óbvio, as Freguesia querem fazer mais, querem mostrar à população algum trabalho, mas só com o financiamento por parte do Estado é impossível desenvolver trabalho.----------

------- Gostaria que ficasse bem esclarecido, no caso concreto da Junta de Freguesia da Erra, que os cinquenta e três mil euros que são atribuídos pelo Estado são insuficientes para a manutenção desta Freguesia.----------

------- Para se criar algum tipo de infra-estruturas, se não for com a ajuda da Câmara, nenhuma Junta de Freguesia consegue fazer obra.----------

------- O Vogal Francisco Gaspar sublinhou: O Vogal Brotas não entendeu aquilo que eu disse, porque se estivesse atento teria percebido que não coloquei em causa a gestão da Junta de Freguesia da Erra nem a verba que é transferida, apenas questionei uma declaração feita pelo Presidente da Câmara. Se quiser pudemos ouvir a gravação. Apenas disse, ao contrário daquilo que o Presidente da Câmara tinha dito, “que o grande financiador das Freguesias era o Orçamento do Estado” que no caso da Erra não é. Fiz uma constatação. Basta olhar para os números. ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete. ----------

------- A Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos Vogais do Partido Socialista e dezasseis abstenções dos Vogais da Coligação Democrática Unitária e do Partido Social Democrata, aprovar a Proposta de Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

------- O Vogal Luís Alberto apresentou em nome do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, a seguinte Declaração de Voto:----------

------- "O Grupo Municipal da CDU, abstêm-se na votação dos protocolos de delegação de competências, por considerar que as verbas a transferir para as Freguesias são insuficientes para um efectivo desempenho das competências nelas delegadas, além disso entende que os protocolos podiam ir mais além, assim fosse elaborado um documento mais preciso, em franca discussão com as Juntas. ----------

------- Todavia, entendemos que apesar das insuficiências é sempre uma mais-valia a realização destas competências por parte das Juntas de Freguesia, dada a sua proximidade das populações e o seu real conhecimento das necessidades." ----------

------- A Vogal Isabel Ferreira referiu: Permita-me, posso ser burra, já fui chamada aqui e não me importa de voltar a ser. Não entendo, é uma dúvida pessoal, como é que se assina o protocolo e a seguir faz uma abstenção. Há qualquer coisa que eu não entendo, as pessoas ou assinam ou não assinam, e uma vez que assinam é porque concordam. ----------

------- **PONTO SETE - CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO CONCELHO DE CORUCHE - VALTEJO FINICIA:-** Foi presente o ofício número onze mil duzentos e noventa e três de doze de Setembro de dois mil e seis da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta de Constituição do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Concelho de Coruche - VALTEJO FINICIA, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de seis de Setembro de dois mil e seis, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta.----------

------- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Sete por parte do Presidente da Câmara.----------

------- O Presidente da Câmara referiu o seguinte: ----------

------- Este novo programa VALTEJO FINICIA é destinado às pequenas e médias empresas, é vocacionado para este sector da economia, concretamente para o Concelho de Coruche e envolve para além da Autarquia, a Garval - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., o Banco Espírito Santo, a Nersant - Associação Empresarial da Região de Santarém e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. ----------

------- A grande novidade é o envolvimento desta estrutura oficial de apoio e as novas condições de acesso, sobretudo, valores mais elevados que são postos à disposição dos investidores, ou seja, passa-se para o valor máximo de 45 mil euros por projecto e pode ser financiado a 100%. --

------- Na generalidade as Câmaras Municipais participam com 20% do valor do fundo a conceder às empresas, sendo esse subsídio reembolsável sem juros e os restantes 80% concedidos pelo

banco são taxados com juros, à taxa Euribor, mais o spread. ----------

------- O valor financiado pela Câmara, no caso concreto do Concelho de Coruche, é de 9 mil euros por projecto. ----------

------- No caso do projecto incluir a criação de três postos de trabalho, 50% do montante a disponibilizar pela Câmara, será sobre a forma de subsídio não reembolsável. ----------

------- O programa anterior tinha um valor bastante inferior, de 20 mil euros, e o processo de candidatura também era um pouco mais complicado e não previa nada a fundo perdido. ----------

------- Penso que com este novo esquema de financiamento de apoio às micro e pequenas empresas, pode-se efectivamente conseguir injectar algum capital nas empresas e promover emprego no Concelho de Coruche, porque o valor dos projectos já permite efectuar algum envolvimento. ----------

------- O documento é bastante elucidativo e propõe-se que a Assembleia Municipal o aprove. --

------- A Presidente da Assembleia agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara e passou a palavra aos Vogais. ----------

------- O Vogal Pedro Boiça referiu o seguinte: ----------

------- Em relação a este projecto, parece-me que é importante e fundamental para o desenvolvimento económico do Concelho de Coruche. ----------

------- Quanto à criação dos postos de trabalho, é referido no documento “três postos de trabalho”. Então se forem criados quatro postos de trabalho a empresa já não fica assegurada? É esta a leitura que se depreende. Aquilo que se pretende é três ou mais postos de trabalho? ----------

------- O Presidente da Câmara referiu: Está aceite a observação. A intenção da Câmara é essa. Se a Assembleia Municipal entender poderá acrescentar-se. ----------

------- A Câmara o que aprovou foi três ou mais postos de trabalho, o espírito é esse, daí que não deve a proposta voltar à Câmara. ----------

------- O Vogal Pedro Boiça sublinhou: Assim deverá constar neste documento. ----------

------- A Vogal Mara Coelho referiu o seguinte: ----------

------- Como o Presidente da Câmara referiu este programa pretende estimular e orientar o investimento a realizar pelas micro e pequenas empresas no nosso Concelho para a melhoria dos produtos e serviços prestados por estas, possibilitando desta forma inovar e dinamizar estas mesmas empresas. ----------

------- Este projecto será afecto a sectores de investimento importantíssimos no nosso Concelho, como seja, indústria, comércio, turismo, entre outros. ----------

------- Como o Presidente da Câmara referiu será concedido um apoio de 45 mil euros por projecto, sendo 20% concedido pelo Município na modalidade de subsídio reembolsável ou não reembolsável e os 80% pela entidade financeira escolhida, neste caso foi o Banco Espírito Santo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- O Partido Socialista gostaria de realçar no protocolo o disposto no Artigo 8º, nº 2, que há pouco o colega fez também referência: "No caso do projecto incluir a criação de três postos de trabalho, 50% do montante a disponibilizar pela Câmara será sobre a forma de subsídio não reembolsável", ou seja, a fundo perdido, sendo este também mais um incentivo para promover a empregabilidade no nosso Concelho. ----------

------- Assim sendo, o Partido Socialista concorda e congratula-se com este protocolo, apenas sugere um pequeno aditamento ao Artigo 9º que estipula as condições de financiamento, incluindo uma cláusula que tivesse em atenção o disposto no Nº 2 do Artigo 8º, que eu há pouco fiz referência, ou seja, uma das condições a estabelecer para os casos das empresas que apresentassem no projecto de investimento a criação de três postos de trabalho e que dessa forma iriam usufruir de 50% do montante disponibilizado pela Câmara, na forma de subsídio não reembolsável a fundo perdido, entendemos desta forma que a empresa deverá comprometer-se em manter esses três postos de trabalho durante o período de reembolso, ou seja, por um mínimo de três anos e um máximo de seis anos. ----------

------- Neste sentido, gostaríamos de saber o entendimento também do resto da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara. ----------

------- O Vogal Artur Salgado afirmou o seguinte:----------

------- Parece-me que não é a primeira vez que vêm à Assembleia Municipal este tipo de proposta. Gostava de saber se em termos práticos já se pode fazer uma leitura quanto ao retorno e manutenção deste trabalho. Digo isto porque a banca não dá nada a ninguém. Se houver historicamente resultados que nos permitam dizer que é vantajoso, que se criou emprego e se a empresa durou dois ou três anos, era importante o Senhor Presidente da Câmara dar essa justificação. -----

------- Por princípio, eu desconfio muito destas associações entre a banca e as Câmaras Municipais, de qualquer das maneiras, em termos práticos, gostaria de saber se pode ou não fazer-se alguma leitura. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu: No anterior programa o subsídio era de 20 mil euros e agora é proposto 45 mil euros, a pergunta que eu queria fazer é mais ou menos do teor da questão colocada pelo Vogal Salgado. Qual foi a utilização dos fundos disponíveis pelo FAIME e que proporções teve, uma vez que este programa logo que esteja implementado irá substituir o FAIME. ----------

------- O Presidente da Câmara esclareceu o seguinte:----------

------- Este programa vem de alguma maneira dar respostas às insuficiências do FAIME. Apareceram várias candidaturas no Concelho de Coruche como noutros Concelhos, mas dificilmente se puseram em prática, nomeadamente pelas exigências por parte da banca aos créditos a fornecer, daí que se entendeu envolver mais entidades, nomeadamente o IAPMEI e a GARVAL, de

forma a que o processo de acesso ao financiamento fosse mais ligeiro e não exigisse garantias bancárias. Se as pessoas vinham recorrer ao FAIME e tinham de prestar garantias bancárias ao banco, porquê todo esse processo burocrático, assim, fariam directamente ao banco. Neste caso concreto como há o envolvimento da GRAVAL, que é uma Sociedade de Garantia Mútua e que faz a garantia do empréstimo, há a possibilidade de mais facilmente as empresas acederem ao crédito, sem terem de prestar garantias directas ao banco. ----------

------- A vantagem é que uma parte deste subsídio é a fundo perdido, dos 20% financiados pela Câmara não há juros e o valor final mais elevado, é 45 mil euros em vez de 20 mil euros e ainda porque o processo burocrático está mais aligeirado, nomeadamente na dispensa da garantia bancária junto do banco. ----------

------- O Vogal Salgado diz que a banca não dá nada a ninguém, realmente não dá nada, está ai discriminado quanto é que é a taxa de juro e o spread, Quando se recorre à banca fazem-se contas, e quem tem necessidade de investir faz contas se o negócio justifica de facto a aquisição do empréstimo e todo este esforço para o conseguir. É sempre uma opção de cada um e, portanto, é um recurso de quem não tem financiamento próprio e tem de recorrer à banca para o fazer. -------

------- Este processo do VALTEJO FINICIA tem aparentemente estas três vantagens: mais fácil, não há necessidade da garantia bancária junto do banco, tem a sustentação da GRAVAL, ou melhor, tem uma parte não reembolsável, tem uma parte sem juros e tem um valor final mais elevado, ou seja, 45 mil euros. ----------

------- Anteriormente os 20 mil euros, em várias situações, eram manifestamente escassos para iniciar um negócio e para reactivar certo tipo de actividades. ----------

------- A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete. ----------

------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Concelho de Coruche - VALTEJO FINICIA. ----------

------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

------- **PONTO OITO - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-** Foi presente o ofício número onze mil setecentos e sessenta de vinte e cinco de Setembro de dois mil e seis da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao período de vinte e dois de Junho a vinte e um de Setembro de dois mil e seis, o qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. ----------

------- A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara. ----------

------- O Presidente da Câmara referiu o seguinte: ----------

------- Relativamente a este Relatório não há muito a dizer, está escrito o que foi a actividade da Câmara neste período de tempo. Queria realçar alguns aspectos que me parecem importantes:----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Quanto às actividades na área da Protecção Civil e Bombeiros, temos um gráfico que ilustra o que foi a área ardida no Concelho de Coruche durante todo o ano, fundamentalmente no período de Verão, na ordem dos 40 hectares, no mês de Agosto. Felizmente que, no final da chamada época de fogos, o total da área ardida é muito escassa, tendo em conta a dimensão do Concelho de Coruche, comparativamente com os Concelhos vizinhos. Não podemos esquecer que os Bombeiros tiveram dezenas de chamadas, de intervenções em focos de incêndio, situação que poderia derivar efectivamente para catástrofes muito grandes, com excepção do incêndio que atingiu a Agolada de Cima e Agolada de Baixo. ----------

------- Estamos a falar de uma área bastante escassa para a dimensão do Concelho e para a área florestal do Concelho, tudo isto tem a ver com uma intervenção diária, contínua e permanente da Associação de Produtores Florestais, com as brigadas que tem no terreno. Este ano eram sete brigadas, uma delas apoiada pela Câmara com a cedência de uma viatura e também os postos de vigia que têm feito um bom trabalho na protecção e na detecção dos focos de incêndio. É relativamente fácil conter os incêndios quando são detectados cedo e isso tem acontecido no Concelho de Coruche. É para estarmos satisfeitos, reiterando aqui os meus agradecimentos aos Bombeiros e à Associação de Produtores Florestais. ----------

------- Relativamente à Educação queria referir que, este ano, temos a funcionar os programas de complemento curricular e que alargámos as áreas desse complemento curricular ao 1º Ciclo do Ensino Básico.----------

Neste momento, para além do Inglês, temos também outras actividades na área da música, educação física, expressão física e motora e ainda expressão artística. Todos os alunos do Ensino Básico do Concelho vão usufruir dessas mesmas ofertas. Fizemos um acordo com uma empresa que trabalha em todo o Concelho e que vai proporcionar aos alunos essas mesmas actividades extra curriculares.----------

------- Funcionará numa Escola do Concelho do Ensino Básico e Jardins de Infância os chamados prolongamentos de horários, o que vai fazer com que a Câmara tenha também gastos mais elevados em transportes escolares, já que acontece situação de horários desfasados que obrigam a um reforço desse mesmo transporte escolar.----------

------- Reforçamos os meios disponíveis em alguns estabelecimentos de ensino, nomeadamente com a criação de refeitórios em Montinhos dos Pegos e Valverde.----------

------- Melhoramos também o parque escolar em algumas Freguesias. ----------

------- Temos um serviço de “catering” em relação a algumas Escolas mais isoladas e de número de alunos mais reduzido, onde não se justifica a criação de um refeitório. Este serviço é feito por uma empresa de Coruche, que nos dá garantia de muita proximidade, acompanhamento e comportamento muito bom na entrega de refeições e qualidade das mesmas, face aos horários de ali-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

mentação dos alunos.----------

------- Relativamente a outras actividades, devo dizer que decorrem obras em algumas instalações municipais, para melhoria das mesmas e adaptação a novas realidades, o que está a acontecer nas instalações do Rossio, onde estamos a completar uma série de intervenções para operacionalizar e dar melhores condições de trabalho.----------

------- Dizer também que as obras de maior vulto estão à vista de todos e estão a prosseguir a bom ritmo, nomeadamente a obra do Emissário, a entrada Norte da Vila de Coruche, a Zona Industrial do Couço, o Parque do Vale no Bairro da Areia, a pavimentação da Rua da Cooperativa e Rua do Lagar, na Branca e a pavimentação de algumas ruas na Azerveira.----------

------- Verificou-se um atraso em relação às obras dos relvados sintéticos do Couço e Fazendas das Figueiras, por causa de uma reclamação de uma empresa concorrente. Decorreu o prazo de reclamação, respondemos à mesma e a empresa não apresentou recurso. Neste momento já adjudicamos esses dois relvados sintéticos e podem começar a ser construídos durante o mês de Outubro.----------

------- Continuam as obras do Jardins de Infância da Azervadinha, as quais estão em fase bastante avançada.----------

------- Encontra-se concluído o edifício de habitação social construído no antigo Matadouro. Pretende realojar famílias que são inquilinas da Câmara, habitam casas muito degradadas, e o fogo que sobra será posto a concurso, para ser entregue a quem mais precisar do mesmo. ---------

------- Queria salientar relativamente à situação financeira da Câmara:----------

------- A dívida a fornecedores diminuiu cerca de 100 mil euros de Junho para cá; ----------

------- À divida dos empréstimos de longo prazo abatemos uma verba interessante, uma diferença de 30 mil euros sensivelmente. ----------

------- É evidente que estes valores vão-se sempre alterando. Neste momento, pode-se observar que baixou quer a dívida a fornecedores quer a dívida a longo prazo. ----------

------- A Presidente da Assembleia agradeceu a exposição efectuada pelo Presidente da Câmara e passou a palavra aos Vogais.----------

------- O Vogal Francisco Gaspar referiu o seguinte: ----------

Relativamente ao Relatório da Actividade da Câmara gostaria de colocar três questões ao Presidente da Câmara: ----------

------- Aprovámos há uns meses a adesão ao programa de mobilidade para todos e no relatório consta que estão a ser desenvolvidas algumas infra-estruturas. Tendo acompanhado com alguma curiosidade essas intervenções e, foi com algum espanto, que constatei que o arranjo urbanístico da entrada Norte da Vila de Coruche não teve em conta essa premissa de criar passeios acessíveis para todos. Apesar de estar com uma apresentação diferente, no meu entender, os passeios

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

são demasiados altos e não permitem que se passe de rua para rua quem se transporte de cadeira de rodas ou mesmo um idoso tem muita dificuldade. Gostava de deixar este reparo e solicitar que daqui para a frente todas estas obras públicas tivessem em conta realmente a acessibilidade.------

------- Em relação ao Parque de Feiras, uma vez que já se realizou neste local a feira anual, gostava de questionar se a obra já foi entregue e se reúne condições para a utilização deste espaço.--

------- Relativamente à questão financeira, pretendia ter colocado esta questão no Período de Antes da Ordem do Dia, até para suscitar debate, mas, como tal não foi possível, prescindi na altura e agora gostaria de colocar uma questão, não para debate, que tem a ver com a Lei das Finanças Locais. Qual é o impacto real que se prevê para o Concelho de Coruche e qual vai ser a posição do executivo camarário em relação a esta nova lei de financiamento das Autarquias Locais? ----------

------- O Vogal Carlos Ceia referiu o seguinte: ----------

------- Tenho umas dúvidas relativamente ao quadro "Bombeiros - Dados de Ocorrências", não percebo a disparidade entre o número de ocorrências, número de viaturas e número de doentes.--

------- Por outro lado, também não percebo os dados sobre as emergências médicas, dado que os quilómetros percorridos para 151 doentes são 22.700 quilómetros por doente? Será que 157 ambulâncias com 151 doentes fizeram 3.428.148 quilómetros? Como é que há 157 ocorrências para 151 doentes? Não percebo muito bem, as ocorrências deviam ser iguais aos números de chamadas ou até poderia ser mais porque pode haver dois doentes numa ambulância, assim, seriam os doentes a mais e não as ambulâncias a mais. ----------

------- O Vogal Ilídio Serrador referiu o seguinte:----------

------- Gostaria de fazer um pequeno reparo sobre as Festas Nossa Senhora do Castelo. Tendo o Cortejo Etnográfico do Trabalho como matriz de orientação do Livro "Coruche à Mesa" de José Labaredas, com a colaboração e a participação de todas as Juntas de Freguesia do Concelho, registou uma grande participação por parte das associações e colectividades do Concelho bem como inúmeros agentes económicos, foi com alguma tristeza que verifiquei, embora, não tenha nada contra as pessoas, a participação de um grupo da Ilha Terceira, dos Açores, porque me parece nada ter a ver com os usos e costumes e ainda a cultura de Coruche. Entendo que, aquela jaula nada tem a ver com a jaula dos toiros da nossa região. ----------

------- Quando se pediu tanto às Juntas de Freguesia para fazerem uma boa participação no cortejo, em relação à Fajarda tentamos tudo por tudo para representar bem a nossa Freguesia e depois deparamos com uma situação destas a participar no cortejo. Quanto a mim a participação do grupo dos Açores foi errada, não sei de quem foi a escolha, mas, o que é certo é que mais pessoas falaram sobre este assunto. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu o seguinte:----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- Trazia um documento para ser lido nesta Assembleia Municipal no Período de Antes da Ordem do Dia, mas como não me foi dada essa possibilidade, gostava de o apresentar neste momento. ----------

------- A Presidente da Assembleia salientou: O Senhor Vogal na altura não se inscreveu. --------

------- O Vogal Manuel Coelho afirmou o seguinte: ----------

------- A Senhora Presidente não deu tempo. Não gosto de misturar os assuntos, estava-se a debater a Moção sobre a Segurança Social e após a sua votação foi dado por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia. Levantei a questão no início dos trabalhos, uma vez que entendia que a discussão daqueles três pontos iria ocupar praticamente o referido período. ----------

------- Penso que o Grupo Municipal da CDU ficou prejudicado com essa decisão e considero-a uma injustiça, daí que peço permissão para ler o documento. ----------

------- A Presidente da Assembleia questionou: O documento diz respeito às actividades da Câmara. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu: De certo modo, diz respeito. ----------

------- O Presidente da Câmara fez a seguinte sugestão: Primeiro, poderei responder às questões que foram colocadas sobre este ponto. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu: Penso que o Presidente da Câmara deve responder primeiro às questões que foram colocadas sobre o Relatório das Actividades. ----------

------- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

------- Em relação ao que disse o Vogal Gaspar, o reparo é pertinente relativamente à entrada Norte da Vila de Coruche, não pela altura dos passeios, pois aquela altura tem a ver com a segurança, dado que se trata de uma Estrada Nacional, mas, pela falta de acessibilidades, nomeadamente não existem rampas para as cadeiras de rodas. ----------

------- Quanto ao Parque de Feiras, o espaço foi utilizado com o acordo da empresa. A Câmara ainda não fez a recepção da obra. ----------

------- Sobre a gestão financeira e a nova Lei das Finanças Locais, a projecção aponta para o crescimento de cerca de 2.49% em relação às receitas do Estado a transferir para o Município. Segundo os dados que temos em relação ao distrito de Santarém, há quatro Municípios, que serão beneficiados com a nova Lei das Finanças Locais: Coruche, Salvaterra de Magos, Alpiarça e Entroncamento. De qualquer forma, a Câmara o que tem feito, desde que começou esta discussão, é tomado uma posição de solidariedade e de apoio à Associação Nacional de Municípios Portugueses. Nas reuniões de Câmara, sempre que há documentos, informações, tomadas de posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tem-se vindo a reiterar as mesmas por unanimidade. Não é pelo facto daquilo que se prevê para o Município de Coruche, que deixamos de achar pertinentes, na generalidade, as questões que a Associação Nacional de Municí-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

pios Portugueses tem colocado ao Governo.----------

------- Propus a alteração da próxima reunião de Câmara, a realizar no dia quatro de Outubro, para as nove horas e trinta minutos, a título excepcional, porque nesse mesmo dia vai decorrer o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e eu faço questão de estar presente.----------

------- Quanto às questões colocadas pelo Vogal Carlos Ceia, tenho de esclarecer a situação junto dos serviços. Confesso que não sei, não vale a pena estar a inventar explicações, procurarei saber e depois informarei. ----------

------- Relativamente àquilo que disse o Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda, custa-me ouvir tal afirmação, porque não se tratou de alterar o Cortejo Etnográfico e do Trabalho, nem de considerar menos aqueles que trabalharam segundo as respectivas orientações, tratou-se de dar expressão, apresentar ao público um grupo de homens da "tourada à corda", dos Açores, que eram nossos convidados, os quais manifestaram vontade de participar no mesmo. Não tem nada a ver com a representação das Juntas de Freguesia, não tem nada a ver com a temática do cortejo como todos sabemos. Vindo da parte do Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda esta questão, quando ainda recentemente convidou um Rancho de Folclore da Madeira, que nós acolhemos e pusemos no palco, acho estranho, parece-me que cheira a xenofobia, que é uma coisa que me horroriza sinceramente.----------

------- Como é possível estar-se a criticar o facto de se ter convidado este grupo dos Açores que esteve connosco nas Festas e a participar no cortejo para que as pessoas os pudesse ver, quando ainda há pouco se fez isso com o Rancho que veio à Fajarda e à Lamarosa. A nossa obrigação é receber bem todas as pessoas. É evidente que, um grupo que vem dos Açores para a tourada à corda, não está no espírito do nosso cortejo, o qual foi feito com uma determinada intenção, onde participaram as colectividades, as Juntas de Freguesia e os Ranchos Folclóricos e que corresponderam ao apelo da Câmara e têm o nosso elogio. ----------

------- O Vogal Ilídio Serrador referiu: Gostaria de recordar que, o ano passado, esteve cá o Rancho de Folclore da Ilha Terceira, dos Açores e na altura falou-se em relação à sua participação no cortejo e entendeu-se, a Câmara e o Rancho de Folclore da Fajarda, que tal participação não se enquadrava no mesmo, daí a razão de eu apresentar esta questão.----------

------- A Presidente da Assembleia afirmou: Acho que foi bastante interessante a participação do grupo Açoriano, foi completamente diferente.----------

------- Considero que a palavra utilizada pelo Presidente da Câmara "xenofobia", foi forte de mais. ----------

------- O Vogal Pedro Boiça referiu: ----------

------- Quando estive na última Assembleia, em Abril, fiquei com a expectativa em relação ao

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

Parque de Negócios. Recentemente li num Jornal Regional, que a respectiva verba tinha sido retirada do Orçamento. Das duas uma, quando foi apresentada a proposta de empréstimo, certamente que as negociações não iam bem encaminhadas como o Presidente da Câmara fez crer ou então houve algum retrocesso no processo. Acho que esta Assembleia deveria ser informada daquilo que de facto se passou. ----------

------- Quando são utilizados como propaganda eleitoral os argumentos de que a oposição, nomeadamente o PSD e a CDU, inviabilizaram o Parque de Negócios propositadamente, agora está provado que isso não aconteceu, pois é a bancada do PSD que traz sempre este assunto à Assembleia. O que é que se passa?----------

------- Em relação à Semana da Juventude, segundo sei, este ano não decorreu muito bem. Pergunto se não será de repensar o processo. Acontece que a AJOCOR sempre teve um processo preponderante na realização da Semana da Juventude e, este ano, tal como a sociedade civil, foi completamente arredada da organização. É certo que existem outras associações, no entanto, apenas estão interessadas em colaborar nesta iniciativa e não na sua organização. Temos o exemplo e muito bem, em relação à Comissão de Festas Nossa Senhora do Castelo, daí que eu não entendo, porque se fez o contrário no que diz respeito à Semana da Juventude.----------

------- O Vogal Diamantino Ramalho afirmou: Decorrem as obras na Zona Industrial do Couço, e a minha dúvida prende-se em relação à colocação de esgoto doméstico na Herdade do Monte do Couço----------

------- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

------- Trata-se do esgoto da Zona Industrial do Couço que atravessa a Herdade do Monte do Couço e vai para a fossa e, futuramente, para a ETAR, a qual será construída na Herdade do Monte do Couço.----------

------- Quanto à questão do Parque de Negócios, reafirmo que conto trazer à Assembleia uma proposta definitiva para aquisição do respectivo terreno. ----------

------- Percebo as preocupações, o entusiasmo e a vontade do Vogal Boiça, espero que a mantenha no futuro e que esteja disponível para discutir e aprovar essa proposta, a qual será apresentada quando estiver confirmada e negociada. ----------

------- Se efectivamente tínhamos uma verba vasta para o Parque de Negócios e se até ao momento não o concretizamos, não vale a pena constar em Orçamento tal verba quando esse negócio ainda não está feito. A seu tempo, se for caso disso, podemos reforçar ou não essa verba, conforme a proposta que vier à Assembleia Municipal.----------

------- Quanto à Semana da Juventude, ao contrário do que o Vogal Boiça diz, não é verdade que tenhamos posto de lado a sociedade civil e também a AJOCOR. Não é bem dito da sua parte, porque é que se fez e porque é que não se fez. Pessoalmente nem sequer tenho o pelouro da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

juventude e, concretamente, não tratei de nenhum assunto sobre a Semana da Juventude.----------

------- Tenho a certeza absoluta que a sociedade civil foi contactada, aliás estavam presentes diversos stands da sociedade civil, como chamou. ----------

------- A Semana da Juventude não se faz só com a AJOCOR ou se deixa de fazer, foi convidada como as outras associações, participou em várias reuniões e a certa altura afastou-se do processo e posso dizer que foi aquando se chegou ao ponto de atribuir a exploração do bar, pois foi sugerido entregá-lo a todas as associações juvenis e que as receitas eram a favor das mesmas, mas a AJOCOR queria que a exploração do bar fosse sua ou então não participava. O Vogal Boiça se calhar sabia esta situação, a Assembleia Municipal é que não sabia. ----------

------- Seguidamente a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Vogal Manuel Coelho. ----

------- A Vogal Isabel Ferreira salientou o seguinte: ----------

------- Se era um assunto importante para ser tratado no Período de Antes da Ordem do Dia, o mesmo já passou. Peço desculpa, penso que o assunto não pode fazer parte do Plano de Actividades. ----------

------- A Presidente da Assembleia fez notar: Só sabemos se o assunto é importante ou não se for dada a palavra ao Vogal Manuel Coelho. A falha foi minha, daí que eu tenho de lhe dar a oportunidade de intervir.----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu: Este documento que eu trago para apresentar nesta Assembleia não pretende de modo algum ser a análise do mandato do presente executivo camarário, mas, tão somente, levantar algumas questões que nos parecem pertinentes, porque umas têm sido muito faladas e outras, antes pelo contrário, têm caído no esquecimento. Entendemos que, é nosso dever, como oposição levantar estas situações e que a Assembleia Municipal é o local próprio para manifestarmos a nossa opinião sobre o assunto.----------

------- Irei passar a ler o documento, em nome do Grupo Municipal da CDU: ----------

------- "O primeiro ano deste segundo mandato do Partido Socialista na Câmara Municipal de Coruche tem-se caracterizado por uma gestão recheada de erros pelos quais mais cedo ou mais tarde todos iremos pagar. ----------

------- As grandes questões de interesse para o município ficam adiadas e o executivo gasta o seu tempo e o dinheiro dos munícipes em eventos que na sua maior parte nada dizem à população do Concelho e por isso mesmo passam quase sem que demos por eles apesar de toda a propaganda usada para a sua promoção:----------

------- A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS está cada dia mais em causa repetindo-se os assaltos e actos de vandalismo que a todos atormentam. Apesar de o executivo camarário e o governo serem ambos do Partido Socialista, o Presidente da Câmara não consegue fazer valer as pretensões da população para o aumento de meios humanos e materiais das forças de segurança

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

para que o Concelho de Coruche seja uma terra onde se possa viver em segurança e respeito por todos. ----------

------- O Presidente da Câmara nem sequer convoca o Conselho Municipal de Segurança, como é de sua competência. Assim, este órgão de consulta, ao não reunir, fica privado de emitir opinião e torna-se numa coisa vazia e sem interesse.----------

------- A VIDA ASSOCIATIVA DO CONCELHO degrada-se sem que a Autarquia tenha uma política de apoios efectivos às colectividades, antes pelo contrário, criam-se isso sim Regulamentos burocratizados que só complicam a vida das associações sendo cada vez em maior número aquelas que se debatem com graves problemas.----------

------- O exemplo mais flagrante é o que se passa com o Grupo Desportivo "O Coruchense". A CDU lamenta profundamente a situação em que se encontra uma das colectividades mais emblemáticas do Concelho.----------

------- Desde há muito tempo que vínhamos alertando o Senhor Presidente da Câmara para a eventualidade deste desfecho obtendo sempre a mesma resposta "de que O Coruchense não iria ser prejudicado pela Câmara". Na sequência do negócio de doação dos terrenos do Montinho do Brito a Câmara empurrou o clube para uma situação de dívida perante as Finanças que ascende a mais de 50 mil contos (250 mil euros). Embora algumas culpas possam ser imputadas à Direcção do "O Coruchense" não nos restam dúvidas de que o maior responsável por esta situação é o Presidente da Câmara de Coruche, pois ao concretizar este acto devia ter consciência das implicações futuras do mesmo. As consequências são as que todos conhecemos: "O Coruchense" ficou sem qualquer património e com uma dívida que dificilmente conseguirá liquidar.----------

------- Para a CDU a resolução do problema passa pela anulação da escritura do terreno e pela sua devolução ao "O Coruchense" informando disso as Finanças. Se a dívida é consequência da doação anule-se a mesma e deixa de haver motivo para ao clube ser imputado o incumprimento das suas obrigações para com as Finanças.----------

------- O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO deve ser uma prioridade de todos os agentes que de alguma forma tenham capacidade para intervir nesta área. Apesar de toda a propaganda feita pelo executivo, a realidade apresenta-se muito diferente da versão oficial. O Parque de Negócio é disso um exemplo. Anunciado como prioridade e bandeira de campanha, cedo se transformou em moeda de chantagem deste executivo merecendo até um comunicado do PS em que se acusava a CDU de não querer o desenvolvimento do Concelho, pois inviabilizou a contracção de um empréstimo que supostamente servia para a compra do terreno para o Parque de Negócios. ----------

------- Com o passar do tempo estamos hoje ainda mais convictos da nossa razão ao votarmos contra. É que não existia nem existe ainda hoje qualquer terreno para o Parque de Negócio e o

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

Senhor Presidente da Câmara nunca mais apresentou qualquer proposta, apesar de o ter prometido diversas vezes. Ainda recentemente, retirou para outras acções a verba reservada em orçamento para a compra do terreno.----------

------- Para que não fiquem dúvidas, a CDU afirma mais uma vez que é inteiramente a favor da instalação desta infra-estrutura no nosso Concelho e estará disponível para discutir e aprovar uma proposta concreta e viável para a aquisição do terreno para o Parque de Negócios.----------

------- A ZONA OFICINAL DA LAMAROSA é outra demonstração clara da incapacidade da Câmara em fazer evoluir um processo que tem em mãos há cinco anos. Afirmou recentemente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lamarosa "que a Zona Oficinal da Lamarosa era um fracasso" e tem razão. Mas é um fracasso, não pelas razões que apontou, mas sim pela incapacidade da Câmara em dotar o loteamento das infra-estruturas necessárias ao seu pleno funcionamento. Ainda hoje, dia 29 de Setembro de 2006, não está concluída a rede de média tensão para abastecer de electricidade o loteamento industrial, gorando-se assim as expectativas dos proprietários dos lotes que perderam as oportunidades desse investimento. ----------

------- A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA foi apresentado à Assembleia Municipal há cerca de um ano como uma peça essencial para um bom desempenho das tarefas da Autarquia. A CDU votou contra porque a proposta apresentada em véspera de eleições autárquicas mais não visava do que colocar determinadas pessoas em lugares chave criando vagas no quadro que nada têm a ver com a dimensão do Concelho e com as suas necessidades de pessoal. Passado um ano estranhamos que a urgência na aprovação da alteração ao quadro de pessoal tenha desaparecido e nunca mais se tenha falado no assunto. A CDU mais uma vez mostra a sua disponibilidade para discutir uma proposta de alteração ao quadro de pessoal que tenha realmente em conta as necessidades da Autarquia e seja ajustada ao seu funcionamento." ----------

------- A Vogal Isabel Ferreira referiu o seguinte:----------

------- Tal como eu previa, este momento do Vogal Manuel Coelho foi recheado de ataques ao Presidente da Câmara e ao executivo. Muito sinceramente, não consigo perceber onde está o interesse para este assunto. ----------

------- Realmente é assim, para a CDU está bem, mas veio a questão do Parque de Negócios e a CDU votou contra, não percebo onde está a abertura da CDU. ----------

------- O Vogal Joaquim Banha referiu o seguinte:----------

------- Quem vive isto da política, não tem dúvidas que não parece um comunicado da CDU e do PCP mas sim do MRPP, é de facto andar para trás----------

------- Quem vive a política a sério e vive a política no Concelho, não pode de facto esquecer quem teve responsabilidades neste caso, quando se fala do "O Coruchense", porque como sabe-

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

mos foi a Câmara anterior que subsidiou todo aquele processo e sem ter exigido nada à Direcção do "O Coruchense". ----------

------- Sou sócio do "O Coruchense", participo nas Assembleias Gerais, votei contra a saída dali do "O Coruchense" no próprio "O Coruchense" e votei contra na Câmara, enquanto Vereador, e também em relação à compra daquele terreno. ----------

------- Penso que as pessoas estão abaixo disto ou então participam só um bocadinho, a responsabilidade vem de facto dos gestores anteriores, de quem dirigiu "O Coruchense" e depois de quem não exigiu responsabilidades ao "O Coruchense", foi o executivo da Câmara anterior, que de ânimo leve deixou andar e depois afundou-se "O Coruchense". Estas dívidas não são de agora. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho fez a seguinte observação: São de agora, foi dito pelo Técnico de Contas na Assembleia Geral e o Senhor Vogal ouviu tal e qual como eu ouvi. Está aí a martelar as pessoas com coisas que não são verdades. A dívida é no valor de 250 mil euros e na altura não o desmentiu quando ele fez tal afirmação. ----------

------- O Vogal Joaquim Banha referiu ainda o seguinte: ----------

------- Não é verdade. Neste caso concreto, de facto há responsabilidades anteriores, quem esteve nos corpos gerentes do "O Coruchense" e também da Câmara Municipal, que não teve capacidade de exigir responsabilidades ao "O Coruchense", para onde é que mandava o dinheiro, até chegar ao ponto do negócio daquele terreno, que se continuasse propriedade do "O Coruchense" já estava na posse das Finanças. ----------

------- Quanto ao Parque de Negócios, quem é que votou contra? Há responsabilidades neste caso de quem votou contra.----------

------- Sobre a Zona Oficinal da Lamarosa, certamente que o Presidente da Junta de Freguesia da Lamarosa irá responder como o processo foi conduzido. Enquanto Vereador sempre chamei a atenção em relação como o mesmo foi conduzido.----------

------- Relativamente à proposta do Quadro de Pessoal, de facto também foi votada contra, daí não ter a mesma funcionado. Provavelmente, se tivesse si aprovada, hoje não estávamos nesta discussão. ----------

------- O Vogal Joaquim Venda afirmou o seguinte: ----------

------- Sobre a Zona Oficinal da Lamarosa, o Vogal Manuel Coelho diz que eu tenho razão e eu penso que tenho razão. Acreditei, ontem quando o vi a olhar para o painel junto à Zona Oficinal da Lamarosa que, em princípio, o assunto vinha à Assembleia. Por outro lado, também pensei que ainda ia ponderar e chegava à conclusão que realmente eu tenho razão para dizer que isto é um fracasso. Concerteza que viu, dos onze lotes, apenas um tem uma oficina a funcionar e estão mais três quase construídos, começaram e não acabaram. A Zona Oficinal da Lamarosa quanto

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

muito poderia ser para cinco ou seis oficinas, a Lamarosa não tem capacidade para onze oficinas, pois os de lá não se instalam e os de fora para lá também não se vão instalar. ----------

------- Havia uma pessoa interessada, o Engº Rocha, que se encontra instalado num cubículo dentro do Largo da Lamarosa e diariamente no tempo da fruta ocupa a estrada com dois semi-reboques frigoríficos e depois não se consegue circular, quis comprar um lote e foi-lhe negado. Para favorecer quem? Para fazer lotes oficinais dentro de um barreiro, onde as pessoas não constroem porque começa a derrapar terras. É impróprio o sítio que foi escolhido pela Câmara, não tem nada a ver com o actual executivo ou de quatro anos atrás, tem a ver com o executivo que escolheu o sítio. ----------

------- Como se tal não chegasse, pois está à vista de todos, também encostaram o cemitério à vala. Cortaram um terreno que devia ser para o cemitério e fizeram a estrada, quando isso podia ter sido escusado. Para onde se pode alargar o cemitério? ----------

------- A Junta de Freguesia também quis comprar os lotes 1 e 2, ao preço que os outros compravam e foi-lhe negado. É porque não era da CDU? A pergunta fica no ar. Ficou sem espaço para fazer nada, está limitada àquilo que se encontra feito. ----------

------- A Presidente da Assembleia salientou: Essa pergunta deveria ter sido feita no respectivo mandato da CDU. ----------

------- O Vogal António Venda salientou: Eu não estava cá e se cá estivesse, se calhar era-me negado, tal como foi ao Presidente da Junta de Freguesia da altura. Os prejuízos estão à vista, a Câmara tem cerca de 100 mil euros gastos, apenas para uma oficina estar a funcionar. ----------

------- A Presidente da Assembleia referiu: Fica sem resposta a sua pergunta, devia ter sido feita na altura própria. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho solicitou o direito de resposta. ----------

------- A Presidente da Assembleia Municipal não lhe deu a palavra. ----------

------- O Presidente da Câmara solicitou se podia usar da palavra. ----------

------- O Presidente da Assembleia não lhe deu a palavra. ----------

------- O Presidente da Câmara referiu o seguinte: ----------

------- Sou Presidente da Câmara e fui aqui acusado pessoalmente e, naturalmente, tenho o direito de resposta. Então o que é que o Presidente da Câmara está aqui a fazer neste plenário se não tem direito de resposta, pelo menos quando é atacado pessoalmente e quando é visado pessoalmente? Peço desculpa, em relação a este documento eu ainda não falei e fui aqui atacado pessoalmente. ----------

------- A Presidente da Assembleia afirmou: Para lhe dar a palavra a si também tenho que dar a palavra ao Vogal. ----------

------- O Presidente da Câmara referiu: Desculpe, eu não falei ainda sobre este assunto. A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

Câmara foi aqui visada, o Presidente da Câmara foi aqui visado pessoalmente. Não respondi ao assunto e eu quero esclarecer algumas questões. ----------

------- A Presidente da Assembleia referiu: Então tenho de dar a palavra também ao Vogal Manuel Coelho. ----------

------- O Presidente da Câmara referiu: A Senhora gere a Assembleia como entender. Eu penso que tenho direito a resposta, porque a Câmara foi aqui citada e o Presidente da Câmara foi acusado pessoalmente de actos que não cometeu. ----------

------- A Presidente da Assembleia reafirmou: Para lhe dar a palavra a si também tenho de a dar ao Vogal Manuel Coelho. ----------

------- O Presidente da Câmara reafirmou: A gestão da Assembleia é a Senhora que a faz, faça como entender. Penso que tenho direito a usar da palavra. ----------

------- O Vogal Carlos Brotas referiu: Desculpe Senhora Presidente, acontece que o Senhor Vogal expôs o caso que já nem estava no Plano de Actividades, portanto, acho que o Senhor Presidente da Câmara deve dar essa resposta. Se o Senhor Vogal fez perguntas tem de ouvir as respostas. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho afirmou: Se os Senhores Vogais do Partido Socialista tivessem deixado o Senhor Presidente da Câmara responder e não respondessem por ele, o assunto já estava encerrado. ----------

------- A Presidente da Assembleia referiu: Dou primeiro a palavra ao Vogal Manuel Coelho e depois ao Presidente da Câmara. ----------

------- O Vogal Manuel Coelho referiu o seguinte:----------

------- Na Zona Oficinal da Lamarosa as oficinas não funcionam porque não existe ainda a rede eléctrica e sem a sua ligação não há oficinas que possam funcionar. ----------

------- Em relação àquilo que foi dito sobre "O Coruchense", não tem nada a ver com os terrenos. Esta dívida de 250 mil euros é consequência da doação daquele terreno, tal foi afirmado pelo Técnico de Contas na última Assembleia Geral e não houve ninguém que o desmentiu. Diz-se que as culpas são do anterior executivo, mas a dívida é apenas da responsabilidade da Direcção do "O Coruchense", na altura a Câmara não interferiu na gestão do "O Coruchense", agora é que a Câmara interferiu na gestão do "O Coruchense" ao fazer aquele negócio da aceitação do terreno e assim a Câmara contribuiu para que "O Coruchense" de momento tenha esta dívida e depois o negócio também tem lacunas as quais já foram aqui discutidas. ----------

------- Em relação ao Parque de Negócios, nós dissemos na altura e agora repetimos que reprovámos a contracção daquele empréstimo porque não existia nenhuma proposta concreta para a aquisição de terreno e ainda hoje não é do nosso conhecimento que exista. Quando houver uma proposta concreta para aquisição do terreno, cá estaremos para a discutir. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

------- O Presidente da Câmara referiu: Queria pedir ao Vogal Manuel Coelho que prove uma afirmação que fez e que eu acho de muito importância, "que o culpado da dívida do "O Coruchense" é o Presidente da Câmara".----------

------- O Vogal Manuel Coelho salientou: Eu não disse que é o culpado, eu disse que é o responsável.----------

------- O Presidente da Câmara afirmou: O Senhor disse que o Presidente da Câmara é o culpado. Quero que apresente as provas que eu sou o culpado da dívida do "O Coruchense". Disse exactamente isto. Podemos ouvir a gravação. O Senhor mantém essa afirmação ou não mantém?

------- O Vogal Manuel Coelho referiu: Não mantenho porque não disse isso. O que eu disse é o que está aqui escrito: "que o maior responsável por esta situação é o Presidente da Câmara de Coruche". ----------

------- O Presidente da Câmara questionou: Como é que o Senhor prova que eu sou o maior responsável? Quais são os documentos? Quais são os dados que o Senhor transmite a Assembleia Municipal para provar que eu sou o responsável?----------

------- O Vogal Manuel Coelho respondeu: O Senhor não aceitar aquele negócio, sem ver as consequências que tinha.----------

------- A Presidente da Assembleia salientou: O Senhor Presidente Câmara ficou de responder e não de fazer perguntas.----------

------- O Presidente da Câmara afirmou: Estou-lhe a perguntar quais são os dados para me acusar como responsável.----------

------- A Presidente da Assembleia voltou a salientar: O Senhor Presidente da Câmara não pode estar a fazer perguntas.----------

------- O Presidente da Câmara continuou a sua intervenção referindo:----------

------- Então vou continuar, mas fico à espera da resposta do Vogal Manuel Coelho aqui ou noutro local. Vamos ver!----------

------- Relativamente à questão do Parque de Negócios, mais uma vez, vou esclarecer que aquilo que a Câmara trouxe à Assembleia Municipal foi uma proposta de autorização para cativar junto do Governo a verba relativa ao rateio do dinheiro que era possível as autarquias irem buscar ao Orçamento do Estado, não veio nenhuma proposta de empréstimo.----------

------- Em relação à Zona Oficinal da Lamarosa, a questão que se passa tem a ver com um investimento muito grande feito pela Câmara. Foi aqui dito um valor, mas não corresponde, o investimento foi de 264 mil euros e falta pouco tempo para que todas as infra-estruturas estejam completas. ----------

------- No futuro, quem não utilizar os lotes vai sofrer as consequências do direito de reversão conforme consta nas escrituras, o que significa que a Câmara pode ao fim de certo tempo exercer

essa cláusula e vai exercê-la sempre que os proprietários dos lotes não construam ou não iniciem a elaboração dentro do prazo previsto na escritura de compra e venda. Neste momento, estão quatro lotes ocupados e em relação aos outros sete lotes, há um prazo para construir ou um prazo para o direito de reversão. ----------

------- Falta ainda a TEGAEL fazer as ligações eléctricas, as quais já estão adjudicadas, assinamos contrato com a EDP para a exploração de energia, os trabalhos concluir-se-ão dentro de pouco tempo, penso mesmo durante o mês de Outubro.----------

---------- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

------- A Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da palavra.----------

------- O Senhor Ricardo Ferreira dos Santos, residente na Fajarda, salientou a falta de condições de audição em relação ao público, ou seja, para o povo, dado que entende que os membros da Assembleia são os representantes do povo, pois teve muita dificuldade em perceber certas questões e pensa que devia haver mais consideração pelo povo e tentar melhorar esta situação.---

------- Referiu que tem tido alguns contactos com a comunicação social e algumas pessoas já manifestaram também o seu desagrado pela falta de condições de trabalho. ----------

------- Em relação aos Protocolos, afirmou que ouviu com muita atenção todas as intervenções e gostava de dizer que na última Assembleia de Freguesia da Fajarda, na qualidade de membro da mesma, questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre o beneficio do protocolo, o que ele respondeu que não beneficiava grandemente e que a Câmara lhes tinha tirado competências, daí que nesta Assembleia Municipal voltou a referiu com muita clareza que a Assembleia de Freguesia da Fajarda vai manifestar o descontentamento pela forma como o protocolo está concedido no que se refere a competências. ----------

------- Salientou que ouviu o Vogal Banha referir que todos querem mais dinheiro, mas não o ouviu falar em competências e também acompanhou durante a semana passada a Rádio Voz do Sorraia e ouviu o Senhor Banha, na qualidade de candidato ao Conselho de Administração das Assembleias de Freguesia do Distrito de Santarém, dizer que temos de fazer um Governo de aproximação e não ouviu ele falar de exigir mais competências. ----------

------- Considerou que o Vogal Francisco Gaspar está bem informado acerca da Assembleia de Freguesia da Fajarda.----------

------- Referiu que não lhe agradou a intervenção do Vogal Brotas quanto à forma como descreveu as palavras do Vogal Gaspar acerca da gestão da Junta de Freguesia da Erra, uma vez que o Vogal Gaspar um homem com formação superior na área de economia e finanças, certamente não precisa de explicações sobre gestão de uma Junta de Freguesia.----------

------- Lamentou que se encontre só a fazer a cobertura desta Assembleia um único órgão da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2006

comunicação social, a Rádio Voz do Sorraia. Sabe que a Autarquia tem o cuidado de convidar todos os órgãos da comunicação social para estarem presentes, possivelmente não vem mais porque não estão reunidas as condições de trabalho. Apelou aos Presidente das Juntas de Freguesia presentes que seguissem o exemplo e que convidassem os órgãos de comunicação social locais para assistirem às reuniões nas Freguesias porque lá também se debatem assuntos de muito interesse, com muita dignidade e com muita vivacidade, mas com muito respeito pela instituição.----

------- A Presidente da Assembleia agradeceu as palavras do munícipe.----------

------- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão, às duas horas e dez minutos, do dia trinta do presente, da qual para constar, se lavrou a presente Acta, que eu, Fernando Aníbal Serafim, Primeiro Secretário, subscrevo: -----

O Primeiro Secretário

_____

A Presidente da Assembleia Municipal

_____